

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MATHEUS MOREIRA CRUZ**

**CONTROLE SOB OS GASTOS PÚBLICOS COM SAÚDE,  
EDUCAÇÃO E PESSOAL PELOS MUNICÍPIOS DO SUL  
FLUMINENSE COM FOCO NA LRF**

**VOLTA REDONDA  
2020**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CONTROLE SOB OS GASTOS PÚBLICOS COM SAÚDE,  
EDUCAÇÃO E PESSOAL PELOS MUNICÍPIOS DO SUL  
FLUMINENSE COM FOCO NA LRF**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Fundação Osvaldo Aranha – UNIFOA, para disciplina de Projeto de Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Professora Patrícia Nunes Costa Reis

**VOLTA REDONDA  
2020**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**MATHEUS MOREIRA CRUZ**

### **CONTROLE SOB OS GASTOS PÚBLICOS COM SAÚDE, EDUCAÇÃO E PESSOAL PELOS MUNICÍPIOS DO SUL FLUMINENSE COM FOCO NA LRF**

Monografia aprovada pela Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Volta Redonda – UNIFOA.

Volta Redonda, 10 de novembro de 2020.

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

**Professora Patrícia Nunes Costa Reis – UNIFOA**

---

**Professora Lana Cristina de Oliveira – UNIFOA**

---

**Professora Solange Aparecida de Paula – UNIFOA**

*“O êxito na vida não se mede pelo caminho  
que você conquistou, mas sim pelas  
dificuldades que superou no caminho.”  
Abraham Lincoln*

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, amigos e a minha orientadora Profa. Mestre Patrícia Nunes Costa Reis, que muito me apoiaram e me incentivaram a realizá-lo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Deus, à minha família, amigos e professores. Em especial minha orientadora Profa. Patrícia Nunes Costa Reis e a Profa. Lana Cristina de Oliveira que tanto me ajudaram na realização desse trabalho. Sou imensamente grato pela paciência e incentivo.

## RESUMO

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e significa melhoria significativa no processo de modernização do país, ao orientar e disciplinar o comportamento do administrador em relação às finanças públicas, com responsabilidade para com a sociedade que o elegeu. O objetivo geral desta investigação foi avaliar os gastos com saúde, educação e pessoal, exigidos pela LRF, no ano de 2019, dos municípios da região Sul Fluminense comparando-os com a pesquisa realizada em 2014. A pesquisa se justificou pelo fato de despertar a curiosidade da população de modo a incentivar o controle social e o exercício da cidadania. Tratou-se de uma pesquisa na modalidade documental realizada nos municípios do Sul Fluminense. Quanto a abordagem, a pesquisa combinou os estilos de pesquisa quantitativa e qualitativa que favoreceu avaliar que em 2019 quase todos os municípios cumpriram os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, com exceção de Volta Redonda, que não está conseguindo cumprir o mínimo aplicado na educação, talvez justificado pelo fato de ter priorizado a área da saúde, investindo mais do que o dobro do exigido nessa área. Outro achado importante dessa pesquisa foi a constatação da dificuldade de interpretação dos relatórios da LRF. Talvez se os relatórios fossem de mais fácil compreensão a população tivesse mais interesse em saber como foram gastos os recursos públicos, essa análise teria o resultado diferente, pois cobrariam mais, confirmando as hipóteses iniciais. Faz-se mister destacar que a análise em relação ao controle de gastos é um dos fatores para avaliar a qualidade da prestação de serviço público municipal. Dessa forma, seria interessante que trabalhos futuros pudessem analisar a qualidade da prestação dos serviços pelos Municípios em cada uma dessas áreas (pessoal, saúde e educação), mas com o enfoque não mais no valor investido, e sim, em sua eficiência e percepção de qualidade pela população. Este TCC foi aceito para ser apresentado na modalidade Resumo no XIV Colóquio Técnico-Científico e VI Encontro de Extensão do UniFOA.

Palavras-chave: Administração Pública. LRF. Gestão Pública. Transparência.

## **ABSTRACT**

Federal Complementary Law No. 101, of May 4, 2000, called the Fiscal Responsibility Law (LRF), establishes public finance rules aimed at responsibility in fiscal management and means a significant improvement in the country's modernization process, by guiding and disciplining the behavior of the administrator in relation to public finances, with responsibility to the society that elected him. The general objective of this investigation was to evaluate the health, education and personal expenses, required by the LRF, in 2019, of the municipalities of the South Fluminense region, comparing them with the research carried out in 2014. The research was justified by the fact of awakening the curiosity of the population in order to encourage social control and the exercise of citizenship. It was a documentary research carried out in the municipalities of the South Fluminense. As for the approach, the research combined the styles of quantitative and qualitative research that favored the assessment that in 2019 almost all municipalities met the limits established by the Fiscal Responsibility Law, with the exception of Volta Redonda, which is failing to meet the minimum applied in education, perhaps justified by the fact that it prioritized the health area, investing more than twice the amount required in this area. Another important finding of this research was the finding of the difficulty in interpreting the LRF reports. Perhaps if the reports were easier to understand, the population would be more interested in knowing how public resources were spent, this analysis would have a different result, as they would charge more, confirming the initial hypotheses. It is necessary to highlight that the analysis in relation to the control of expenses is one of the factors to evaluate the quality of the provision of municipal public service. In this way, it would be interesting that future work could analyze the quality of services provided by the Municipalities in each of these areas (personnel, health and education), but with a focus no longer on the amount invested, but on their efficiency and perception quality by the population. This TCC was accepted to be presented in the Abstract mode at the XIV Technical-Scientific Colloquium and VI UniFOA Extension Meeting.

Keywords: Public Administration. LRF. Public Management. Transparency.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1. Problema de Pesquisa .....	14
1.2. Objetivos .....	15
1.2.1. Objetivo Geral .....	15
1.2.2. Objetivos Específicos .....	15
1.3. Justificativa .....	15
1.4. Hipóteses .....	16
<b>2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS</b> .....	<b>17</b>
2.1. Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF .....	17
2.2. Os Relatórios da LRF .....	18
2.3. Transparência na gestão pública .....	19
2.4. Pesquisas Anteriores .....	22
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>22</b>
3.1. Tipo de Pesquisa .....	22
3.2. Universo .....	23
3.3. Amostra da Pesquisa .....	23
3.4. Coleta dos dados .....	23
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>24</b>
4.1. Análise dos Relatórios da LRF dos Municípios no Ano de 2019 .....	24
4.2. Comparações de Gastos com Educação, Saúde e Pessoal entre os anos 2014 e 2019 .....	28
4.3. Dificuldade de Interpretação dos Relatórios da LRF .....	32
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>35</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>38</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Princípios da LRF.....	17
Tabela 2:	Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).....	18
Tabela 3:	Relatório de Gestão Fiscal – RGF (Quadrimestral).....	19
Tabela 4:	Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	24
Tabela 5:	Despesas com ações e serviços públicos de saúde.....	25
Tabela 6:	Despesas com Pessoal.....	26
Tabela 7:	Comparativo de Gastos com Educação, Saúde e Pessoal entre os anos 2014 e 2019.....	28

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Demonstrativo do Percentual aplicado em Educação pelos Municípios da Região Sul Fluminense em 2019.....	25
Gráfico 2:	Demonstrativo do Percentual aplicado em Saúde pelos Municípios da Região Sul Fluminense em 2019.....	26
Gráfico 3:	Demonstrativo do Percentual de Gastos com Pessoal pelos Municípios da Região Sul Fluminense em 2019.....	27
Gráfico 4:	Priorização de Investimento pelos Municípios da Região Sul Fluminense.....	27
Gráfico 5:	Comparação dos Gastos com Educação entre os Anos 2014 e 2019.....	29
Gráfico 6:	Comparação dos Gastos com Saúde entre os Anos 2014 e 2019.....	30
Gráfico 7:	Comparação dos Gastos com Pessoal entre os Anos 2014 e 2019.....	30
Gráfico 8:	Variação dos Gastos com Educação, Saúde e Pessoal nos anos de 2014 e 2019.....	31

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DSRREO:	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
FUNDEB:	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IPTU:	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN:	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos
LDO:	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA:	Lei do Orçamento Anual
LRF:	Lei de Responsabilidade Fiscal
RCL:	Receita Corrente Líquida
RGF:	Relatório de Gestão Fiscal
TCE RJ:	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

## 1. INTRODUÇÃO

É sabido que parcela das receitas federais e estaduais são rateadas e transferidas aos Municípios como dinâmica para tentar diminuir as desigualdades regionais, no cenário público na intenção de promover o equilíbrio sócioeconômico entre Estados e Municípios, principalmente na área da saúde e educação.

Uma das razões, seria a necessidade do aumento das implementações de políticas públicas no três níveis de gestão, em função da organização econômica vigente, o Estado de bem-estar social, institucionalizada pelo governo brasileiro, na qual o Estado funciona como agente da promoção social e organizador da economia.

Neste sentido, surge a necessidade controle mais rígido das contas públicas. Entretanto, em função da falta de planejamento e controle na administração pública em relação aos repasses e execução dos programas e projetos, o governo publicou em 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), considerada um marco definitivo no caminho da transparência, do equilíbrio fiscal e da moralização na gestão pública brasileira.

No Brasil, a elaboração da proposta orçamentária sempre possuiu viés político. Já os balanços levantados pela contabilidade governamental demonstravam, antes da implementação da LRF, apenas os comparativos orçamentários e os resultados no que se refere à arrecadação fiscal e os compromissos assumidos pelos gestores, não funcionando como instrumento gerencial para a gestão pública.

Desse modo, o tema da pesquisa partiu da necessidade de avaliar o controle social sob os gastos públicos com saúde, educação e pessoal pelos municípios do Sul Fluminense com foco na Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2019 tomando-se como parâmetro a investigação realizada pelos autores Carvalho e Oliveira Junior (2015)<sup>1</sup>.

Neste viés, decidiu-se dar sequência na investigação a fim de verificar como os respectivos municípios estão se comportando, no que se refere ao cumprimento da legislação em relação à 2014.

Ressalta-se que naquele ano, o resultado mostrou que o município de Angra dos Reis gasta mais do que a lei permite com pessoal; porém é o que mais investe em saúde; não investe o mínimo definido na LRF em educação.

---

<sup>1</sup> <https://app.uff.br/riuff/handle/1/7422>

Os demais municípios pesquisados estão conseguindo manter o controle, evitando infringir a legislação vigente, com exceção de Volta Redonda, pois não foram localizados os relatórios da LRF. Também, constatou-se que a maioria dos respondentes já ouviu falar sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não teve o interesse pela procura das informações sobre os gastos públicos<sup>2</sup>.

Considerando que a pesquisa contribui no avanço em sua área de conhecimento, formulou-se a seguinte questão-problema: os municípios da região Sul Fluminense estão cumprindo os limites definidos na LRF?

Diante desse quadro, verifica-se a necessidade de melhorar o gerenciamento do dinheiro público, que, para o Estado, é considerado como instrumento na aplicação dos recursos disponíveis para saúde, educação e a organização de pessoas (COSTA CASTANHAR, 2003).

Os recursos remetidos as secretarias municipais de educação e saúde são provenientes da arrecadação pública oriunda do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); do Imposto sobre Transmissão inter vivos, (ITBI); e, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

São repassados ainda, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que corresponde à 20% (vinte por cento) das transferências constitucionais.

Para alcançar a transparência evidenciada na LRF, faz-se mister utilizar diversos mecanismos: (a) a participação da sociedade na discussão e elaboração dos planos e orçamentos; (b) a disponibilidade das contas dos administradores durante todo o exercício, para apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade; e, (c) a emissão de relatórios periódicos de gestão fiscal e de execução orçamentária.

### **1.1. Problema de Pesquisa**

Considerando que a pesquisa contribui no avanço em sua área de conhecimento, formulou-se as seguintes questões-problemas: Os municípios da Região Sul Fluminense continuam cumprindo os limites definidos na LRF em relação a gastos com educação, saúde e pessoal, assim como ocorreu no ano de 2014? As informações constantes nos relatórios da LRF são de fácil compreensão?

---

<sup>2</sup> <https://app.uff.br/riuff/handle/1/7422>

## **1.2. Objetivos**

Os objetivos do presente estudo são apresentados nesta subseção, divididos em: objetivo geral e objetivos específicos.

### **1.2.1. Objetivo Geral**

Avaliar os gastos com saúde, educação e pessoal, exigidos pela LRF, no ano de 2019, dos municípios da região Sul Fluminense comparando-os com a pesquisa realizada em 2014 e se os dados constantes nos relatórios propostos pela LRF são de fácil compreensão.

### **1.2.2. Objetivos Específicos**

Para alcançar o objetivo geral foram determinados os seguintes objetivos específicos:

- apresentar a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.
- apresentar os Relatórios da LRF.
- abordar o conceito de transparência.
- identificar os gastos dos municípios da região Sul Fluminense com saúde, educação e pessoal no ano de 2019;
- verificar se esses gastos estão dentro dos limites legais definidos na LRF, comparando-os com a pesquisa realizada em 2014;
- analisar os dados constantes nos relatórios exigidos pela LRF quanto a sua facilidade ou não de compreensão.

## **1.3. Justificativa**

A pesquisa revela-se importante por analisar e disponibilizar de forma simples e compreensível os dados com os gastos públicos, especificamente, se os gastos com saúde, educação e pessoal, exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, estão sendo cumpridos pelos municípios do Sul Fluminense.

Justifica-se ainda pelo fato de despertar a curiosidade da população em saber se os governantes eleitos para gerir os Municípios onde residem estão investindo o mínimo exigido pela Constituição Federal em saúde e educação e também respeitando o teto com os gastos de pessoal. Situação que seria um incentivo para o

início do controle social e o exercício da cidadania. Torna-se também importante dar sequência no estudo tomando-se os indicadores de 2014, visando reflexão, por parte dos gestores sobre os modelos de gestão pública dos municípios que incidem diretamente na qualidade da educação e saúde dos contribuintes na região.

Constantemente se vê nos noticiários locais reclamações<sup>3,4,5</sup> da população sobre a qualidade da prestação dos serviços públicos. Mais especificamente em relação a saúde e educação. E, como sabemos, por imposição legal, os municípios devem investir um mínimo dos seus orçamentos nessas 2 áreas. Por isso a nossa inquietação, se os Municípios estão investindo, por que a população continua reclamando da prestação dos serviços públicos?

#### **1.4. Hipóteses**

As hipóteses levantadas nesta pesquisa são:

Hipótese 1: diferentemente do ano de 2014, em 2019, os municípios do Sul Fluminense, não cumprem os limites mínimos de gastos públicos com saúde, educação e pessoal exigidos na LRF, apesar de obrigatórios;

Hipótese 2: as informações de gastos públicos publicadas pelos municípios Sul Fluminense são de difícil compreensão e prejudicam o controle social;

---

<sup>3</sup> <http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2017/03/falta-de-funcionarios-deixa-creche-sem-aulas-em-maromba-em-itatiaia.html>

<sup>4</sup> <https://globoplay.globo.com/v/5391147/>

<sup>5</sup> <http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2014/08/falta-de-medicos-em-posto-de-saude-e-motivo-de-reclamacao-em-angra-rj.html>

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

### 2.1. Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, teve como objetivo primordial regular o disposto no Capítulo II do Título VI da Constituição Federal, do Art. 163 ao Art. 169, dispondo sobre os princípios fundamentais para uma ação planejada e eficaz, relativa às normas gerais de finanças públicas.

Esta lei, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) significa melhoria significativa no processo de modernização do país, ao orientar e disciplinar o comportamento do administrador em relação às finanças públicas, com responsabilidade para com a sociedade que o elegeu.

A LRF definiu um conjunto de normas referente às finanças públicas. Composta por ações planejadas e transparente, que visa prevenir riscos e corrigir eventuais desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas. Pressupõe, ainda, o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, à geração de despesas com pessoal, da seguridade social, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

A Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser dividida em quatro princípios: planejamento, transparência, controle e responsabilização (MARTINS, 2010), conforme descrita na tabela 1:

Tabela 01 - Princípios da LRF

PRINCÍPIOS	FUNDAMENTOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não gastar mais do que arrecadar;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Permitir planejamento fiscal consistente;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não se endividar mais do que a capacidade de pagar;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tornar a gestão fiscal transparente;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Escolher corretamente os gastos Prioritários;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar instrumentos de controle social eficazes e democráticos;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Combater o desperdício.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Responsabilizar e punir o mau Gestor.</li> </ul>

Fonte: MARTINS, 2010.

Em relação a gestão pública dos municípios, Santos (2019) destaca que a relevância da LRF é maior devido ao cenário de escassez de recursos para investimentos e a demanda sempre contínua por serviços como educação e saúde.

Dessa forma, Medeiros *et. al.* (2017) ratifica que a LRF tem um peso importante na construção de uma nova cultura política de responsabilidade fiscal, que reprime ações apenas eleitoreiras e contribui para uma gestão mais responsável.

## 2.2. Os Relatórios da LRF

Para que a transparência estabelecida seja alcançada, a LRF determina a publicação de relatórios fiscais, elaborados com base nas informações contábeis e classificados em duas categorias: (a) o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), de frequência bimestral; e, (b) o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), de frequência quadrimestral. O RREO é composto pelos seguintes demonstrativos (CGM, 2017) evidenciados na tabela 02.

Tabela 02 - Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

<b>A. Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO (Bimestral)</b>	
<b>Anexo 1:</b>	Balanço Orçamentário;
<b>Anexo 2:</b>	Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção;
<b>Anexo 3:</b>	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
<b>Anexo 4:</b>	Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos;
<b>Anexo 5:</b>	Demonstrativo do Resultado Nominal;
<b>Anexo 6:</b>	Demonstrativo do Resultado Primário;
<b>Anexo 7:</b>	Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;
<b>Anexo 8:</b>	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE);
<b>Anexo 9:</b>	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital (frequência anual);
<b>Anexo 10:</b>	Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (frequência anual);
<b>Anexo 11:</b>	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos (frequência anual);
<b>Anexo 12:</b>	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
<b>Anexo 13:</b>	Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas;
<b>Anexo 14:</b>	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Fonte: elaborado pelo autor com base em (BRASIL, 2000).

Para essa pesquisa utilizou-se especificamente o Anexo 8, que contém o demonstrativo das receitas e despesas com a educação, e o Anexo 12, que apresenta os dados de receitas e despesas com a saúde. Extraímos os dados desses Anexos que compõem o RREO de cada um dos Municípios analisados.

Já o RGF é composto pelos seguintes demonstrativos (CGM, 2017) demonstrados na tabela 03.

Tabela 03 - Relatório de Gestão Fiscal – RGF (Quadrimestral)

<b>B. Relatório de Gestão Fiscal – RGF (Quadrimestral)</b>	
<b>Anexo 1:</b>	Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
<b>Anexo 2:</b>	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
<b>Anexo 3:</b>	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
<b>Anexo 4:</b>	Demonstrativo das Operações de Crédito;
<b>Anexo 5:</b>	Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (frequência anual);
<b>Anexo 6:</b>	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

Fonte: elaborado pelo autor com base em (BRASIL, 2000).

Nessa pesquisa utilizamos o Anexo 1, que apresenta o demonstrativo de despesa com pessoal. Ou seja, analisamos o Anexo 1 do RGF de cada um dos Municípios analisados.

### **2.3. Transparência na gestão pública**

O governo brasileiro passa por um complexo processo de consolidação de sua democracia.

Neste novo cenário, a democracia deveria ser abalizada pelo povo, devendo ser legitimada na prática, no âmbito do poder executivo por meio da disponibilização das informações do funcionamento da Administração Pública ao cidadão de forma simplificada, pautado na transparência dos dados através dos portais eletrônicos municípios (FILHO *et. al*, 2015).

Na iniciativa privada, por exemplo, o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (2015) entende a transparência como sendo a disponibilidade de informações às partes interessadas de forma a atender às disposições legais e regulamentares no que se refere à divulgação de informações,

bem como nortear estratégia gerencial que possam conduzir à preservação e à otimização do valor da organização.

No que se refere à gestão pública, a transparência deve ser tratada como dinâmica a fim de demonstrar, aspectos do governo confiabilidade, alto desempenho e responsabilidade (KJAER, 2004; Hood, 2006; GRIMMELIKHUIJSEN; WELCH, 2012).

Vale salientar que o governo inserido na indústria 4.0 deveria priorizá-la praticando-a, já que a legislação estabelece a transparência como sendo um dos sustentáculos da LRF na busca da eficiência na gestão pública. Contudo, há indícios que a Transparência pública avança, mas ainda requer desenvolver competências para tal.

Neste sentido, Gorga e Bergamasco (2011) apontam os principais objetivos estabelecidos na referida LRF e que precisam ser colocados em prática: (I) A participação popular no processo de discussão e elaboração dos planos e orçamentos públicos; (II) A disponibilidade das contas dos gestores, durante todo o exercício, visando favorecer a consulta e apreciação pelos cidadãos e sociedade; e, (III) A emissão de relatórios periódicos de gestão fiscal e de execução orçamentária, igualmente de acesso público e ampla divulgação.

Neste viés, Piotrowski e Van Ryzin (2007) corroboram que, sem transparência governamental e liberdade de informação, não há como se construir um mecanismo eficiente de responsabilização dos gestores públicos por suas ações em relação aos recursos públicos.

Já Guerra (2003) e Lacerda *et al.* (2017), evidenciam que a transparência requer a divulgação das ações governamentais, ao passo que aquele determina, além da divulgação, a possibilidade de compreensão do conteúdo, ou seja, a sociedade deve conhecer e entender o que está sendo divulgado.

Ressalta-se, por conseguinte, a necessidade de se cumprir o princípio da soberania popular, que, no entendimento de Habermas (2002) e de Silva (2016), refere à teoria política em que pese o direito à comunicação e participação que asseguram a autonomia pública dos cidadãos do Estado, o domínio das leis, nos direitos fundamentais clássicos que garantem a autonomia privada dos membros da sociedade civil, legitimando-o.

No que se refere à informação pública, Batista (2010, p.40) a define como sendo:

[...]um bem público, tangível ou intangível, com forma de expressão gráfica, sonora e/ou iconográfica, que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas da administração centralizada, das autarquias e das fundações públicas. A informação pública pode ser produzida pela administração pública ou, simplesmente, estar em poder dela, sem o status de sigilo para que esteja disponível ao interesse público/coletivo da sociedade. Quando acessível à sociedade, a informação pública tem o poder de afetar elementos do ambiente, reconfigurando a estrutura social (BATISTA, 2010, p.40).

Santos (2009) e Carvalho (2018) apontam a LRF como sendo um instrumento de inovação na legislação sobre finanças públicas no Brasil ratificando a necessidade de serem estabelecidas normas de finanças públicas, capazes de modificar a forma irresponsável como alguns administradores públicos vêm tratando a coisa pública, sem qualquer tipo de responsabilização.

O art. 48 Lc nº 101 de 04 de Maio de 2000 preconiza a LRF como sendo uma ferramenta da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (BRASIL, 2000), já citados nas tabelas 02 e 03, respectivamente.

Vale salientar que, antes da publicação da LRF, o controle e a transparência do Estado era realizado por meio do instrumento orçamentário brasileiro contido no artigo 165 da Constituição Federal de 1988 do Brasil, tais como: o Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes e Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Sendo esta última a peça orçamentária propriamente dita a partir da situação verificada no biênio 1986-87. (BRASIL. 1988).

Convém destacar que a utilização do orçamento participativo (OP) pelos municípios do Sul Fluminense tem se difundido como um novo mecanismo de participação popular junto às administrações públicas, mas ainda é considerado insuficiente para garantir o entendimento e a importância da transparência na gestão pública.

No entanto, Cunha (2002) e Peres (2020) fazem críticas ao OP, destacando que: (a) o documento possibilita a discussão e a alocação dos recursos para investimento, parques em geral; (b) mantém os de custeio sem coerência com os

objetivos e metas planejados; e, (c) falta o conhecimento da sociedade sobre seus direitos e consequente reivindicação.

#### **2.4. Pesquisas Anteriores**

Após revisão da literatura identificamos apenas o trabalho de Carvalho e Junior (2015) com o tema similar ao proposto nessa pesquisa. Os autores analisaram os dados do ano de 2014 dos municípios da região sul fluminense a fim de verificar se investiram o mínimo exigido em educação, saúde e pessoal. Além disso, fizeram uma pesquisa de campo, por meio de questionário, para tentarem mensurar o controle social da população local em relação aos gastos públicos das gestões municipais.

E a partir desse estudo verificou-se que em relação à educação, apesar de não ser das melhores, com exceção do município de Angra dos Reis, todos os demais Municípios analisados investiram o mínimo que deveria ser usado com educação. Na saúde, da mesma forma. Já em relação a despesas com pessoal, percebeu-se que, novamente, somente Angra dos Reis ultrapassou o teto definido pela LRF.

Constatou-se também o desinteresse da maioria das pessoas que responderam ao questionário em fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Caso a população se preocupasse mais em saber como são gastos os recursos públicos, ela cobraria mais dos governantes.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1. Tipo de Pesquisa**

Como base teórica para a pesquisa, esta investigação trata-se de uma pesquisa documental, realizada nos município do Sul Fluminense, a partir dos dados e indicadores disponíveis no Portal de Transparências dos respectivos municípios, no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos e mediante demonstrativos dos percentuais aplicado em Educação, Saúde e evidências do Gasto com Pessoal nos Municípios da Região Sul Fluminense em 2019.

Utilizou-se ainda, como parâmetro, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado - Gastos públicos: análise à luz da LRF dos municípios do Sul Fluminense e do controle social pelos autores Oliveira Junior, Claudio Luis Ramos de Carvalho; Paloma do Vale Silva, em 2015 , tendo como editor a Universidade Federal Fluminense (UFF), para composição da pesquisa bibliográfica.

A fim de validar a pesquisa documental, o autor tomou como referências materiais já publicados em livros, artigos, TCC, dissertações e teses, além de relatórios de gestão fiscal das prefeituras da região estudada disponibilizadas nos portais da transparência, por meio de um *software* público de gestão fiscal, denominado e-Cidade.

Quanto a abordagem, a pesquisa mescla os estilos de pesquisa quantitativa e qualitativa, pelo fato de quantificar, avaliar e analisar as questões decorrentes das relações existentes entre os atores sociais conexo ao tema proposto: a sociedade do Sul Fluminense e o Estado e ainda descreve a complexidade do problema exposto.

### **3.2. Universo**

O universo escolhido para o processo de coleta de dados foram os municípios localizados no Sul Fluminense.

### **3.3. Amostra da Pesquisa**

Para responder à problemática da pesquisa, definiu-se uma amostra composta pelos municípios localizados no Sul Fluminense, com mais de 50 mil habitantes integradas pelos (seis) municípios de Angra dos Reis, Barra Mansa, Barra do Piraí, Resende, Valença e Volta Redonda, no intuito de proceder a confrontação com os resultados obtidos em 2014.

### **3.4. Coleta dos dados**

O processo de coleta dos dados dos relatórios da LRF foi realizado por meio dos *sites* do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCERJ, referente ao ano de 2019 disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.tce.rj.gov.br/web/guest/relatorios-lrf>.

### **3.5 Tratamento dos Dados**

Para melhor análise e extração de informações, os dados coletados a partir dos relatórios da LRF e da pesquisa anterior de Carvalho e Júnior (2015) foram tabulados em planilhas eletrônicas.

A partir de então foi possível manipulá-los, de modo a consolidá-los e padronizá-los o que permitiu analisá-los, compará-los e gerar conhecimento. Com a planilha foi possível também a geração de gráficos e *dashboard* que serão apresentados a seguir.

## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

São apresentados a seguir os dados coletados e uma análise com foco nos limites definidos na LRF para gastos com pessoal, educação e saúde, do ano de 2019, dos municípios da região Sul Fluminense. E também uma comparação entre esses gastos no ano de 2014 e 2019.

### 4.1. Análise dos Relatórios da LRF dos Municípios no Ano de 2019

Com base nos dados extraídos do Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (DSRREO), referente ao artigo 48, anexo 8 da LRF, das cidades do Sul Fluminense com mais de 50 mil habitantes, verificou-se por meio da Tabela , que em relação ao atingimento do mínimo legal em manutenção e desenvolvimento do ensino, apenas Volta Redonda não cumpriu esse percentual.

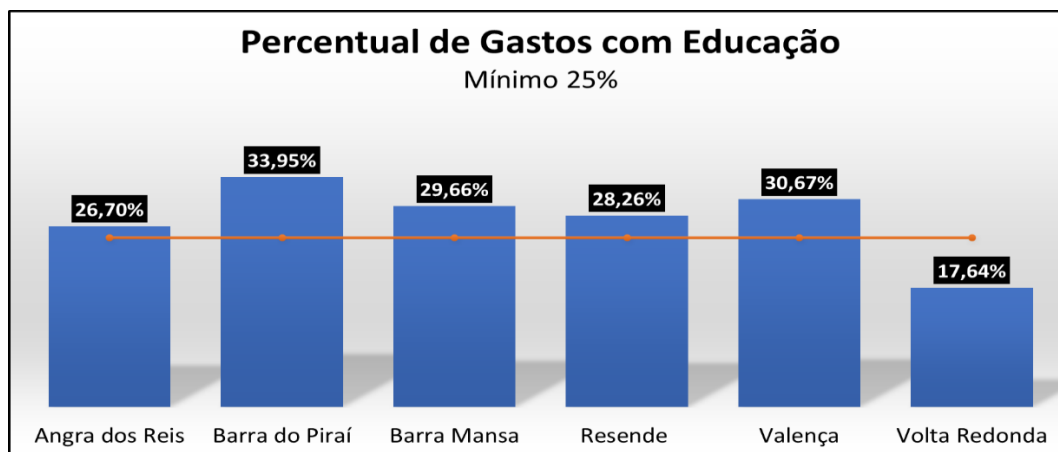
Tabela 04 - Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Municípios	Valor	Percentual Mínimo 25%	Ultrapassou
Angra dos Reis	R\$ 195.314.787,70	26,7%	Sim
Barra do Pirai	R\$ 35.334.800,00	33,95%	Sim
Barra Mansa	R\$ 67.749.112,30	29,66%	Sim
Resende	R\$ 100.911.994,20	28,26%	Sim
Valença	R\$ 32.268.194,50	30,67%	Sim
Volta Redonda	R\$ 93.697.906,90	17,64%	Não

Fonte: Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - TCERJ

Percebeu-se, também, que a maioria das cidades estudadas conseguiu se adaptar menos Volta Redonda, como se observa. Ou seja, este município não conseguiu respeitar a legislação, que prevê que deve ser gasto no mínimo 25% de sua receita corrente líquida com a educação, gastando apenas 17,64%.

Ao contrário de Volta Redonda está Barra do Pirai que destina 33,95% de seus recursos para investir no desenvolvimento do ensino, sendo, das cidades pesquisadas a que mais destina parte de seus recursos para a educação, como se observa no Gráfico 1.



**Gráfico 1:** Demonstrativo do Percentual aplicado em Educação pelos Municípios da Região Sul Fluminense em 2019

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Ainda analisando o mesmo demonstrativo, no que se refere aos gastos com a saúde, em 2019. Em relação as despesas com saúde, todos os municípios pesquisados estão cumprindo a exigência de investir no mínimo 15% em saúde, conforme tabela 5, com destaque para Resende e Volta Redonda, sendo as cidades que mais investiram em saúde.

Em síntese, mais de 36% de sua receita é aplicada em ações e serviços públicos de saúde.

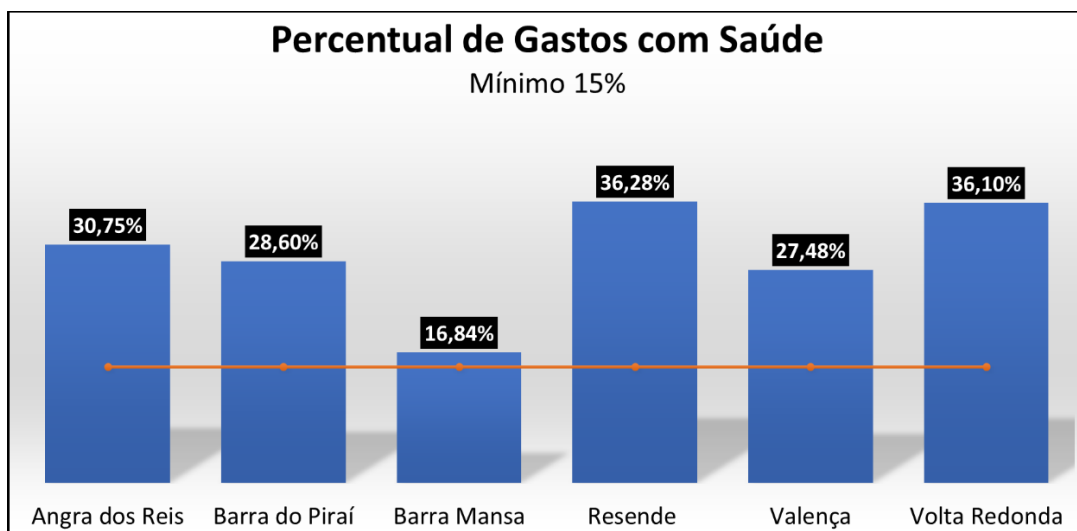
**Tabela 5 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde**

Municípios	Valor	Percentual Mínimo a aplicar 15%	Ultrapassou
Angra dos Reis	R\$ 224.939.997,40	30,75%	Sim
Barra do Pirai	R\$ 29.766.200,00	28,60%	Sim
Barra Mansa	R\$ 37.529.977,60	16,84%	Sim
Resende	R\$ 129.520.052,10	36,28%	Sim
Valença	R\$ 28.908.868,50	27,48%	Sim
Volta Redonda	R\$ 191.730.658,30	36,10%	Sim

Fonte: Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária TCE RJ

Notou-se que Barra Mansa ficou muito próximo do limite mínimo, com um investimento de 16,84%, sendo, dentre as cidades analisadas, a que menos investiu, proporcionalmente, em saúde, conforme se verifica no Gráfico 2. O que pode ser justificado pela proximidade geográfica entre os Municípios de Barra Mansa e Volta Redonda, o que acaba fazendo com que grande parte da população barra-mansense

seja atendida pelos postos de saúde, unidades de média complexidade e hospitais públicos de Volta Redonda.



**Gráfico 2:** Demonstrativo do Percentual aplicado em Saúde pelos Municípios da Região Sul Fluminense em 2019

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Conforme o art. 48, anexo 1 da LRF, as despesas com pessoal constam do Relatório de Gestão Fiscal. Sendo assim, em relação a essa despesa foram analisados os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), do último quadrimestre de 2019, que acumula os dados do ano todo.

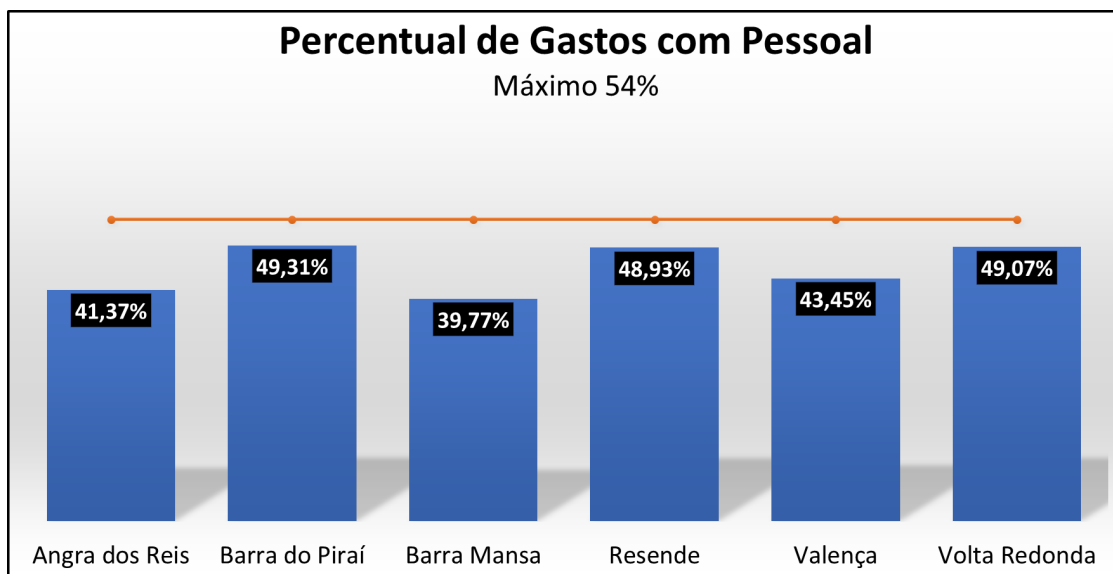
Observou-se que os municípios estudados conseguiram respeitar a legislação, que prevê que deve ser gasto no máximo 54% de sua receita corrente líquida com gastos de pessoal. Tabela 6 - Despesas com Pessoal

Tabela 06 - Despesas com Pessoal

Municípios	Valor de Despesa com pessoal	% sobre a RCL Limite 54%	Ultrapassou
Angra dos Reis	R\$ 495.987.480,52	41,37%	Não
Barra do Pirai	R\$ 128.850.210,00	49,31%	Não
Barra Mansa	R\$ 207.063.144,45	39,77%	Não
Resende	R\$ 272.511.204,37	48,93%	Não
Valença	R\$ 93.532.983,07	43,45%	Não
Volta Redonda	R\$ 464.133.178,48	49,07%	Não

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal – TCE RJ

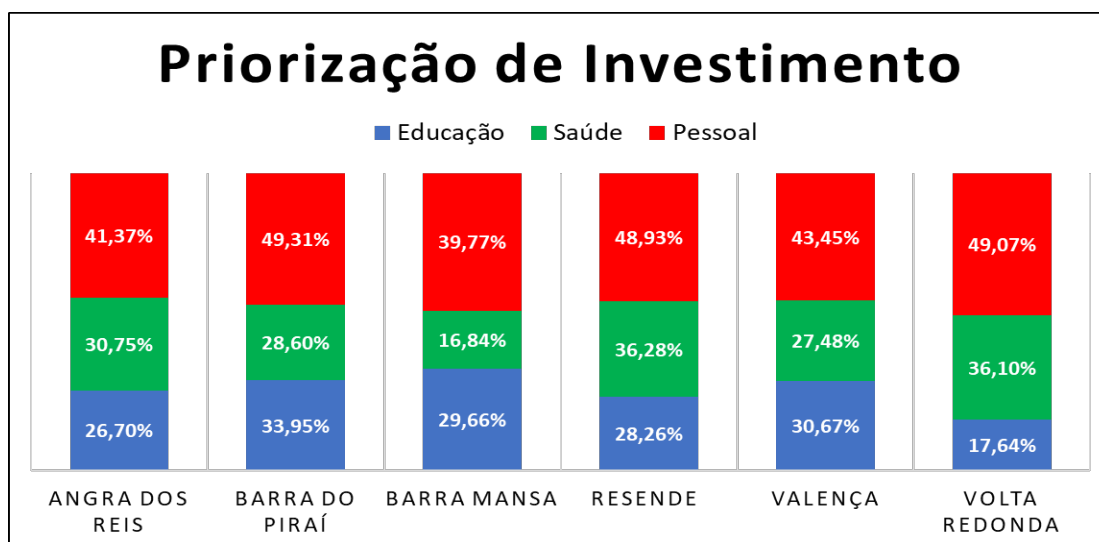
Salienta-se que Barra do Pirai e Volta Redonda são os municípios que mais gastam com pessoal, ambos investem mais de 49%. Já Barra Mansa é a cidade que menos gasta com pessoal. Os dados podem ser verificados no Gráfico 3.



**Gráfico 3:** Demonstrativo do Percentual de Gastos com Pessoal pelos Municípios da Região Sul Fluminense em 2019

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Com base na LRF e na análise feita no Gráfico 4, percebe-se que Volta Redonda, claramente, priorizou investimento na área da saúde e pessoal. Somando os gastos com saúde e pessoal o município de Volta Redonda investe mais de 85% do total de sua receita nessas duas grandes áreas. Por outro lado, foi a única cidade que não conseguiu investir o mínimo exigido em educação.



**Gráfico 4:** Priorização de Investimento pelos Municípios da Região Sul Fluminense

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Barra do Piraí, optou por priorizar investimentos em educação e pessoal, áreas que somadas, correspondem a mais de 83% de tudo que o município arrecadou em 2019. A cidade cumpriu o mínimo exigido pela legislação.

Destaque-se também o município de Resende, que assim como Volta Redonda, priorizou os investimentos em saúde e pessoal. A cidade investiu mais de 85% do total arrecadado apenas nessas duas áreas. O município comprimiu os limites de gastos exigidos na LRF.

Já Angra dos Reis, Barra Mansa e Valença, semelhantemente, estão conseguindo se manter no controle evitando infringir a legislação vigente e sem investir majoritariamente em alguma das áreas.

#### 4.2. Comparações de Gastos com Educação, Saúde e Pessoal entre os anos 2014 e 2019

A seguir apresentaremos uma comparação entre os gastos dos municípios da região sul fluminense no ano de 2014 em relação ao ano de 2019. Para essa análise utilizaremos os dados coletados e apresentados por Carvalho e Júnior (2015) em seu trabalho de conclusão de curso e compararemos com os dados coletados nessa pesquisa.

Observa-se que os municípios analisados não sofreram grandes variações nos gastos com educação, saúde e pessoal nos últimos 5 anos (2014 à 2019). Com exceção de Angra dos Reis que reduziu os gastos com pessoal em mais de 15%. Mesmo com as variações a maioria dos Municípios, com exceção de Volta Redonda, permaneceram dentro dos limites legais, conforme se observa na Tabela .

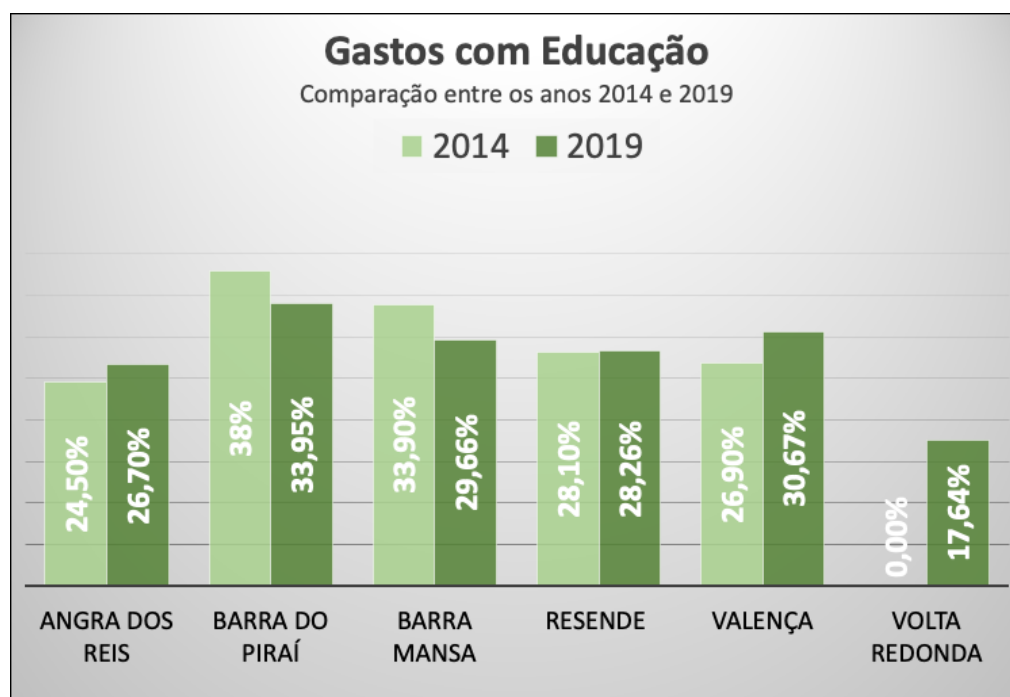
Tabela 07 – Comparativo de Gastos com Educação, Saúde e Pessoal entre os anos 2014 e 2019

Municípios	Educação (mínimo 25%)			Saúde (mínimo 15%)			Pessoal (máximo 54%)		
	2014	2019	Variação	2014	2019	Variação	2014	2019	Variação
Angra dos Reis	24,5%	26,70%	2,20%	34,10%	30,75%	-3,35%	56,94%	41,37%	-15,57%
Barra do Pirai	38%	33,95%	-4,05%	20,20%	28,60%	8,40%	46,23%	49,31%	3,08%
Barra Mansa	33,9%	29,66%	-4,24%	26,00%	16,84%	-9,16%	44,08%	39,77%	-4,31%
Resende	28,1%	28,26%	0,16%	28,40%	36,28%	7,88%	49,41%	48,93%	-0,48%
Valença	26,9%	30,67%	3,77%	22,20%	27,48%	5,28%	49,07%	43,45%	-5,62%
Volta Redonda	-	17,64%	-	-	36,10%	-	-	49,07%	-

Fonte: Adaptado de Carvalho e Júnior (2015)

Especificamente em relação aos gastos com educação, os municípios de Angra dos Reis, Resende e Valença investiram mais nessa área ao confrontarmos o ano de 2014 com o ano de 2019.

Já os municípios de Barra do Piraí e Barra Mansa investiram menos, conforme se verifica no Gráfico 5. De modo geral, as variações de gastos com educação foram pequenas. Informamos que não foi possível efetuar as comparações em relação ao Município de Volta Redonda, visto que os autores Carvalho e Junior (2015) não teram consigo coletar os dados em 2014.



**Gráfico 5:** Comparação dos Gastos com Educação entre os Anos 2014 e 2019

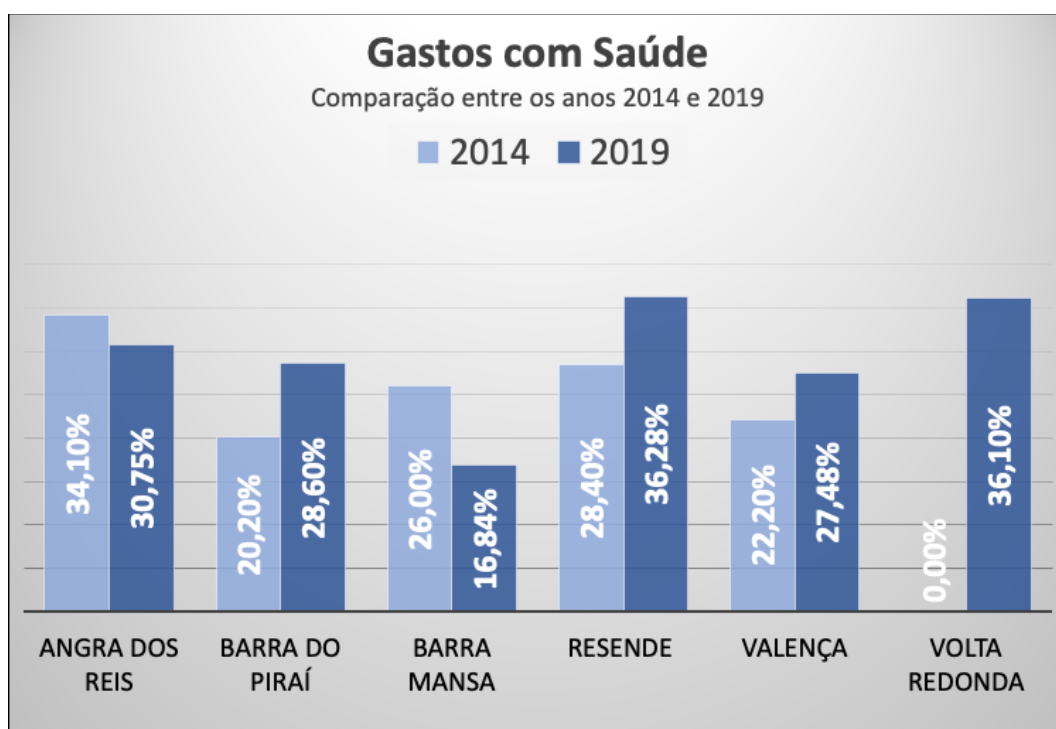
**Fonte:** Elaborado pelo autor

Após analisar os gastos com saúde foi possível observar variações mais significativas do que quando comparado com os gastos com educação. Destaque para um aumento de 8,49% no investimento na área da saúde pelo município de Barra do Piraí quando comparamos os anos de 2014 e 2019. No entanto, ocorreu uma redução de -9,16% no investimento na área da saúde pelo município de Barra Mansa, conforme se observa no Gráfico 6.

Neste interim, destacou-se que não ter sido possível efetuar a comparação, dos gastos com educação, visto que, os autores Carvalho e Junior (2015) não teram coletados os dados referente ao município de Volta Redonda em 2014.

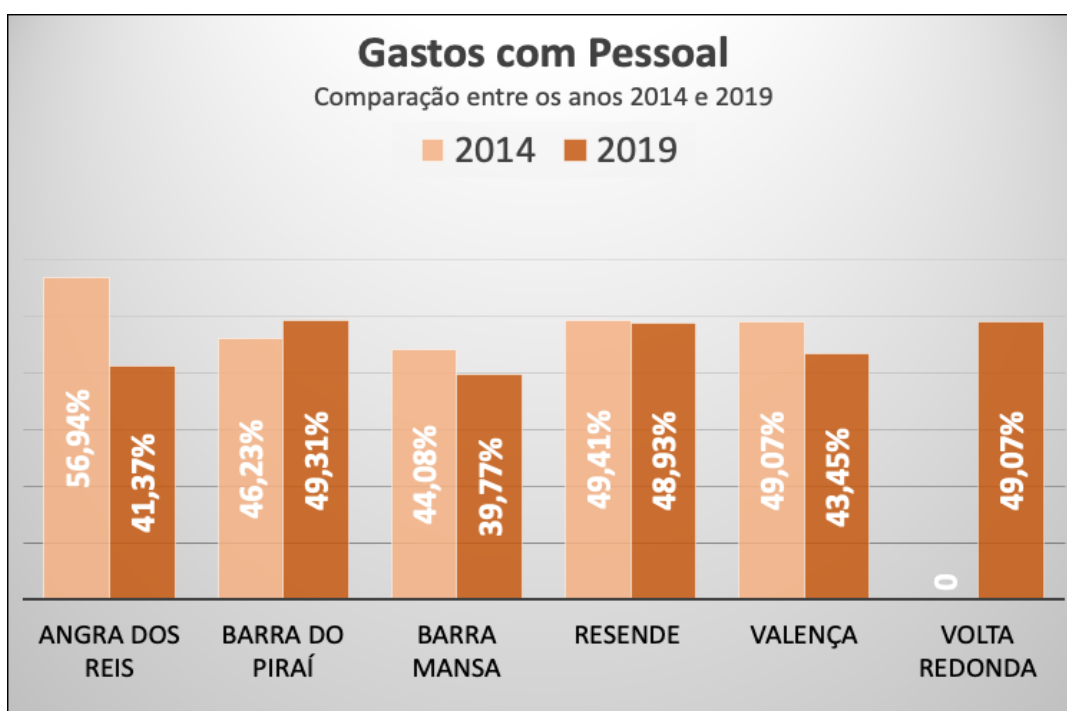
Já na área de pessoal o município de Angra dos Reis foi o que mais reduziu os gastos, chegando a mais de 15%, quando comparamos o ano de 2014 e 2019. Registrou-se que o único de teve aumento com gastos de pessoal foi a cidade de Barra do Piraí, sendo de 3,08%. As demais cidades tiveram reduções pequenas nos

gastos com pessoal conforme se observa no Gráfico 7. Em relação ao município de Volta Redonda não foi possível uma comparação por ausência de dados.



**Gráfico 6:** Comparação dos Gastos com Saúde entre os Anos 2014 e 2019

**Fonte:** Elaborado pelo autor

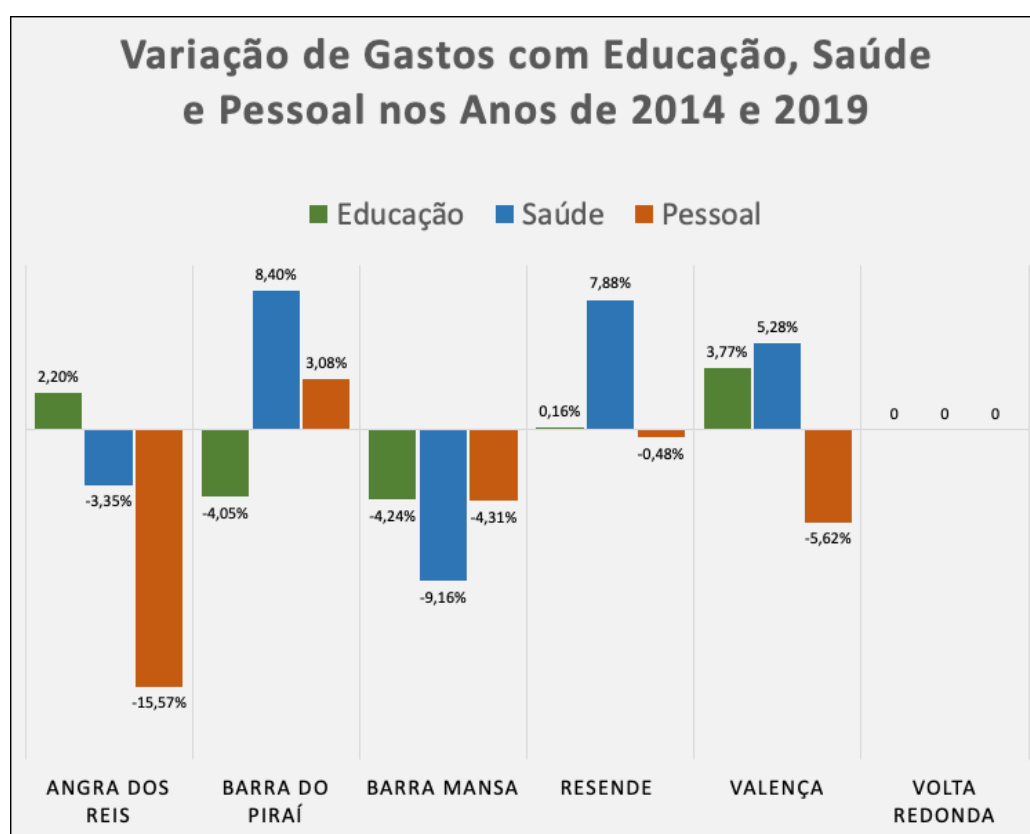


**Gráfico 7:** Comparação dos Gastos com Pessoal entre os Anos 2014 e 2019

**Fonte:** Elaborado pelo autor

Após analisar individualmente cada município, observou-se que de 2014 à 2019 Angra dos Reis teve aumento em 2,20% com o investimento em educação, reduziu em 3,35% no que se refere à saúde e 15,57% em pessoal. Já Barra do Piraí reduziu 4,05% os gastos com educação, priorizou a saúde aumentando 8,70%. Lembrando que o investimento nessa área e aumentou em 3,08% os gastos com pessoal.

Prosseguindo, Barra Mansa foi o único município que reduziu o investimento em todas as áreas, 4,24% em educação, 9,16% em saúde e 4,31% em pessoal. Por sua vez, Resende quase não variou em relação à educação (0,16%) e pessoal (-0,48%), mas investiu 7,88% a mais em saúde. Neste ínterim, o município de Valença, aumentou 3,77% de investimento na educação e 5,28% em saúde, tendo reduzido os gastos com pessoal em 5,62% conforme demonstrado.



**Gráfico 8:** Variação dos Gastos com Educação, Saúde e Pessoal nos Anos de 2014 e 2019.

**Fonte:** Elaborado pelo autor

### **4.3. Dificuldade de Interpretação dos Relatórios da LRF**

Constatou-se durante a pesquisa, a dificuldade dos indivíduos em interpretar e compreender os relatórios da LRF que é considerado padrão. Ao longo dessa pesquisa, extrair os dados necessários para análise dos limites de gastos não foi uma tarefa simples. A principal dificuldade residiu em identificar as verbas que devam ou não serem computadas para cada tipo de gastos.

Por exemplo, para computar os gastos com educação devem ser considerados os gastos correspondentes ao ensino infantil e fundamental, mas não com ensino médio e superior. Por sua vez, na saúde podem ser computados gastos com pessoal da ativa da área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas etc.), mas não com o pessoal inativo (profissionais da saúde que estão aposentados).

Esses são apenas alguns exemplos da complexidade que foi identificar, analisar e extrair informações dos relatórios da LRF. Ratifica-se que tal análise seria quase impossível para um cidadão comum, sem acesso aos conhecimentos específicos, como da área de contabilidade ou outras.

Dessa forma, pode-se afirmar, que essa complexidade em analisar os dados, dificulta o controle social esperado da população em relação as políticas públicas e gestões municipais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi avaliar os gastos com saúde, educação e pessoal, exigidos pela LRF, no ano de 2019, dos municípios da região Sul Fluminense comparando-os com a pesquisa realizada em 2014.

Antes da análise, acreditava-se que os investimentos em saúde, educação e pessoal tivessem diminuídos de 2014 para 2019, devido ao aumento nas reclamações da população dos serviços públicos prestados pelos municípios. Entretanto, para nossa surpresa a maioria dos investimentos aumentou de 2014 para 2019. Também se achava que os relatórios exigidos pela LRF eram de difícil compreensão, considerando que pouco se fala sobre esses relatórios, o que foi constatado ser uma triste verdade, o que prejudica, dificulta e desestimula o controle social pela população.

Em relação à educação, o resultado mostrou que apenas Barra do Piraí e Barra Mansa, aumentaram o investimento nessa área quando comparamos 2014 com 2019. E todos, com exceção de Volta Redonda, estão utilizando o mínimo que deve se usar com educação segundo a LRF. Na saúde, foi onde identificamos os maiores aumentos de investimentos quando comparamos 2014 com 2019. Destaque para Barra do Piraí e Resende que aumentaram o investimento em 8,40% e 7,88% respectivamente. Além disso, todos os municípios pesquisados conseguiram investir o mínimo exigido em saúde, tanto em 2014 quanto 2019. Com despesas de pessoal, comparando o ano de 2014 com 2019, observa-se que houve redução em todos os municípios analisados, com exceção de Barra do Piraí.

Acreditava-se que muitos estariam descumprindo o limite máximo permitido, mas analisando os dados percebeu-se que, tanto em 2014 quanto 2019, nenhum deles desrespeitou esse limite.

Por meio de uma avaliação minuciosa foi possível rejeitar a hipótese 01 e confirmar a hipótese 02. A pesquisa demonstrou que em 2019 quase todos os municípios cumpriram os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, com exceção de Volta Redonda, que não está conseguindo cumprir o mínimo aplicado na educação, talvez justificado pelo fato de ter priorizado a área da saúde, investindo mais do que o dobro do exigido nessa área.

Outro achado importante dessa pesquisa foi a constatação da dificuldade de interpretação dos relatórios da LRF. Talvez se os relatórios fossem de mais fácil

compreensão a população tivesse mais interesse em saber como foram gastos os recursos públicos, essa análise teria o resultado diferente, pois cobrariam mais dos governantes.

Faz-se mister destacar que a análise realizada nessa pesquisa em relação ao controle de gastos é um dos fatores para avaliar a qualidade da prestação de serviço público municipal. Mas não deve ser analisada isoladamente, visto não adiantar, por exemplo, não ultrapassar os gastos com pessoal, mas faltar profissionais de saúde, educação, segurança, dentre outros no atendimento à população.

De nada adianta investir o mínimo em saúde e educação se os gastos são mal empregados ou ineficientes de modo a não trazerem benefícios à população. A premissa do legislador ao exigir os gastos mínimos em saúde e educação é que quanto mais se gasta/investe nessas áreas melhor seria a prestação de serviço à população. Mas, como se sabe, nem sempre essa premissa é verdade.

Dessa forma, seria interessante que trabalhos futuros pudessem analisar a qualidade da prestação dos serviços pelos Municípios em cada uma dessas áreas (pessoal, saúde e educação), mas com o enfoque não mais no valor investido, e sim, em sua eficiência e percepção de qualidade pela população.

Ademais, como trabalhos futuros, sugerimos também, uma análise mais aprofundada do controle social, exercido pela população sul fluminense, sobre as gestões municipais.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, C. L. Informação pública: entre o acesso e a apropriação social. 2010. 202f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 07 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 131/2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/LCP/Lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/LCP/Lcp131.htm)>. Acesso em 08 mai 2020.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso: 07 mai 2020.

\_\_\_\_\_. Tesouro Nacional. Relatório de Gestão Fiscal. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/relatorio-de-gestao-fiscal>>. Acesso em: 08 mai 2020.

CARVALHO, F. S. B. **A Lei de Responsabilidade Fiscal e seus resultados práticos aplicados na tentativa de combater a corrupção.** Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51865/a-lei-de-responsabilidade-fiscal-e-seus-resultados-praticos-aplicados-na-tentativa-de-combater-a-corrupcao>. Acesso em: 23 out. 2020.

CARVALHO, P. V. S.; JUNIOR, C. L. R. O. **Gastos Públicos: Análise à Luz da LRF dos Municípios do Sul Fluminense e do Controle Social.** 2015. 29 p. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal Fluminense – UFF. Volta Redonda. 2015. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/7422/1/Paloma%20do%20Vale%20Silva%20Carvalho%20-%20Claudio%20Luis%20Ramos%20de%20Oliveira%20Junior.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - CGM. **Resolução Nº 1.315/2017, de 10 de agosto de 2017.** Divulga Informativo CGM-Explicando as Contas –Aspectos Contábeis nº 001. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em, <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6647730/4198494/Resolucao1316.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2020.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** Revista de Administração Pública, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.

CUNHA, F.T.S. **Relações entre o governo federal e o governo do Rio Grande do Sul: federalismo, descentralização e regionalização na política de saúde (1999-**

2001). 2002. 255 p. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Falta de funcionários deixa creche sem aulas em Maromba, em Itatiaia. **G1 Sul do Rio e Costa Verde**, 2017. Disponível em <<http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2017/03/falta-de-funcionarios-deixa-creche-sem-aulas-em-maromba-em-italiaia.html>> Acesso em: 24 de out. 2020.

Falta de médicos em posto de saúde é motivo de reclamação em Angra, RJ. **G1 Sul do Rio e Costa Verde**, 2019. Disponível em <<http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2014/08/falta-de-medicos-em-posto-de-saude-e-motivo-de-reclamacao-em-angra-rj.html>> Acesso em: 24 de out. 2020.

FILHO, G. A. L.; COLARES, A. F. V.; ANDRADE, I. C. F. **Transparência da Gestão Fiscal Pública: um Estudo a partir dos Portais Eletrônicos dos Maiores Municípios do Estado de Minas Gerais**. Revista de Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, 114 Belo Horizonte, v. 26, n.2, p.114-136, maio/ago. 2015.

GRIMMELIKHUIJSEN, S. G., & WELCH, E. W. (2012). **Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments**. Public administration review, 72(4), 562-571.

GUERRA, E. M. **Os controles externo e interno da administração pública e os tribunais de contas**. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Código das melhores práticas de Governança Corporativa**. São Paulo: 2015. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/>. Acesso em 13 nov. 2020.

Kjaer, A. M. **Governance: key concepts**. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.

LACERDA, S. M. P; HELAL, D. H.; CABRAL, S. M. **O Governo Aberto e o Seu Princípio: a Transparência**. IV Encontro Brasileiro de Administração Pública. Sociedade Brasileira de Administração Públicas – SBAP. 2017.

MARTINS, D. C. **A importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, voltada ao princípio da transparência**. 2010. 24 p. Monografia (Graduação em Ciência Contábeis). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRG. Porto Alegre. 2010.

MEDEIROS, K. R., *et al* . **Lei de Responsabilidade Fiscal e as despesas com pessoal da saúde: uma análise da condição dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2009**. Ciência saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 22, n. 6, p. 1759-1769. 2017.

Pais de alunos reclamam da falta de merenda em escola de Barra Mansa. **RJ1 TV Rio Sul**, 2019. Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/5391147/>> Acesso em: 24 de out. 2020.

PERES, U. D. **Dificuldades Institucionais e Econômicas para o Orçamento Participativo em Municípios Brasileiros**. Caderno CRH, 33, e020007. Epub Julho 20, 2020. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.33972>

PIOTROWISK, S.J.; VAN RYZIN, G. G. **Citizen Attitudes Toward Transparency in Local Government**. The American Review of Public Administration, v. 37, n. 3, 306-323, 2007.

SANTOS, L. C. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Revista ADM. Pública: vista & Revista. Salvador. EdUNEB, ano 1, n. 1. P. 19-22, maio/ago. 2009.

SANTOS, S. R. **A importância da lei de responsabilidade fiscal para a transparência da gestão pública brasileira**. Contabilidade Pública-Unisul Virtual, 2019.

SILVA, J. B. O. **Transparência de Participação popular: dois lados da mesma moeda**. Revista dos Tribunais. EdRTrib, ano 1, V. 964, fev. 2016.

TCE-RJ, **Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**. Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em <http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/relatorios-lrf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

## ANEXOS

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
<b>1-RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	195.210.800,0	201.310.800,0	233.547.539,9	116,01
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	60.200.000,0	60.200.000,0	67.983.811,8	112,93
1.1.1-Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	54.000.000,0	54.000.000,0	57.796.187,6	107,03
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	6.200.000,0	6.200.000,0	10.187.624,2	164,32
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	7.450.800,0	7.450.800,0	7.065.918,7	94,83
1.2.1-Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	7.300.000,0	7.300.000,0	6.917.866,5	94,77
1.2.2-Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	150.800,0	150.800,0	148.052,2	98,18
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	84.500.000,0	84.500.000,0	101.403.911,9	120,00
1.3.1-Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	78.300.000,0	78.300.000,0	85.822.063,9	109,61
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	6.200.000,0	6.200.000,0	15.581.848,0	251,32
1.4-Receita Resultante do Imposto sobre Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	43.060.000,0	49.160.000,0	57.093.897,5	116,14
1.4.1-Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	43.060.000,0	49.160.000,0	57.093.897,5	116,14
1.4.2-Multas, Juros, de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF. art 153, §4º, III)	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5.1-ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	457.530.000,0	479.308.000,0	498.018.026,9	103,90
2.1-Cota-Parte FPM	55.000.000,0	68.278.000,0	70.033.968,2	102,57
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	55.000.000,0	68.278.000,0	70.033.968,2	102,57
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,0	0,0	0,0	0,00
2.1.3-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea e	0,0	0,0	0,0	0,00
2.2-Cota-Parte ICMS	380.000.000,0	388.500.000,0	402.272.598,1	103,55
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	900.000,0	900.000,0	0,0	0,00
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	7.600.000,0	7.600.000,0	10.048.285,2	132,21
2.5-Cota-Parte ITR	30.000,0	30.000,0	85.250,7	284,17
2.6-Cota-Parte IPVA	14.000.000,0	14.000.000,0	15.577.924,7	111,27
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>3-TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>652.740.800,0</b>	<b>680.618.800,0</b>	<b>731.565.566,8</b>	<b>107,49</b>

**MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019**

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,00
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	16.701.500,0	16.757.983,1	12.096.754,4	72,19
5.1-Transferências do Salário-Educação	14.400.000,0	14.400.000,0	10.424.423,9	72,39
5.2-Transferências Diretas - PDDE	8.000,0	8.000,0	4.560,0	57,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	0,0	0,0	0,0	0,00
5.4-Transferências Diretas - PNATE	70.000,0	126.483,1	114.265,7	90,34
5.5-Transferências Diretas - FNDE	2.110.000,0	2.110.000,0	1.216.842,4	57,67
5.6-Aplicações Financeiras Recursos do FNDE	113.500,0	113.500,0	336.662,4	296,62
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.800,0	370.163,0	378.139,0	102,15
6.1- Transferências de Convênios	4.800,0	370.163,0	378.139,0	102,15
6.2- Aplicação Financeira de Recursos de Convênios	0,0	0,0	0,0	0,00
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,00
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,0	274.050,0	0,0	0,00
9-TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	16.706.300,0	17.402.196,1	12.474.893,4	71,69

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	91.506.000,0	91.506.000,0	98.484.963,9	107,63
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	11.000.000,0	11.000.000,0	12.890.083,4	117,18
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	76.000.000,0	76.000.000,0	80.454.519,7	105,86
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	180.000,0	180.000,0	0,0	0,00
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	1.520.000,0	1.520.000,0	2.007.725,8	132,09
10.5-Cota-Parte ITR ou ITR arrecadado (20% de 1.5 + 2.5)	6.000,0	6.000,0	17.050,0	284,17
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	2.800.000,0	2.800.000,0	3.115.585,0	111,27
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	73.910.000,0	79.317.599,8	80.092.349,3	100,98
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	72.935.000,0	78.342.599,8	79.885.030,3	101,97
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	734.000,0	734.000,0	0,0	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos FUNDEB	241.000,0	241.000,0	207.319,0	86,02
12-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-18.571.000,0	-13.163.400,2	-18.599.933,6	141,30

[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12 > 0)] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12 > 0)] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscr. em RP Não Processados (i)
			Até 6º Bim/2019 (f)=(g/c)	% (f=e/d)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (h)=(g/d)	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	73.760.000,0	74.130.410,9	73.753.320,2	99,48	73.742.138,2	99,49	11.182,0
13.1-Com Educação Infantil	4.500.000,0	7.238.753,0	7.215.425,0	99,62	7.211.462,5	99,68	3.962,5
13.2-Com Ensino Fundamental	69.260.000,0	66.891.657,9	66.537.895,2	99,46	66.530.675,7	99,47	7.219,5
14-OUTRAS DESPESAS	830.000,0	10.933.753,1	10.716.548,7	75,28	8.230.752,8	98,01	2.485.795,9
14.1-Com Educação Infantil	225.000,0	2.087.766,6	2.087.742,7	52,34	1.092.649,6	100,00	995.093,1
14.2-Com Ensino Fundamental	605.000,0	8.845.986,5	8.628.806,0	80,69	7.138.103,2	97,54	1.490.702,8
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	74.590.000,0	85.064.164,0	84.469.868,9	96,37	81.972.891,0	99,30	2.496.977,9

**DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO**

16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1-FUNDEB 60%	0,00
16.2-FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	5.066.564,30
17.1-FUNDEB 60%	5.066.564,30
17.1-FUNDEB 40%	0,00
18-TOTAL DE DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16+17)	5.066.564,30

**INDICADORES DO FUNDEB**

19-TOTAL DE DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	79.403.304,60
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (13-(16.1+17.1))/(II)x100	85,76
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESAS COM MDE QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(XX)x100	13,38
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))	0,86

**CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE**

20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	5.066.564,30
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019	3.755.923,50

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$1,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritos em RP Não Processados (i)	
			Até 6º Bim/2019 (e)	% (f)=(e/d)	Até 6º Bim/2019 (f)	% (f/d)x100		
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	13.703.500,0	23.104.780,2	22.641.014,3	97,99	20.576.732,3	89,06	2.064.282,0	
22.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.725.000,0	9.326.519,6	9.303.167,7	99,75	8.304.112,1	89,04	999.055,6	
22.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	8.978.500,0	13.778.260,6	13.337.846,6	96,80	12.272.620,2	89,07	1.065.226,4	
23-ENSINO FUNDAMENTAL	137.706.000,0	162.062.678,3	158.658.678,4	97,90	150.389.382,3	92,80	8.269.296,1	
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	69.865.000,0	75.737.644,4	75.166.701,2	99,25	73.668.778,9	97,27	1.497.922,3	
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	67.841.000,0	86.325.033,9	83.491.977,2	96,72	76.720.603,4	88,87	6.771.373,8	
24-ENSINO MÉDIO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
25-ENSINO SUPERIOR	254.000,0	34.801,6	12.682,4	36,44	3.739,4	10,74	8.943,0	
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	21.000,0	21.000,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
27-OUTRAS	3.000,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
28-TOTAL DESPESAS C/AÇÕES TÍPICAS DE MDE(23+24+25+26+27+28)	151.687.500,0	185.223.260,1	181.312.375,1	97,89	170.969.854,0	92,30	10.342.521,1	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR	
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-18.599.933,60	
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00	
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR							5.066.564,30	
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS, DO EXERCÍCIO ANTERIOR							0,00	
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO							0,00	
35-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45g)							497.741,20	
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITES CONSTITUCIONAIS (29+30+32+33+34+35)							-13.035.628,10	
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23)-36							194.335.320,80	
38-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO [(38)/(3)]x100%							26,56	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscr em RP Não Processados
			Até 6º Bim/2019 (e)	% (f)=(e/d)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (h)=(g/d)	
39-DESPESAS CUSTEADAS C/APLIC. FIN. EM OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	9.501.500,0	14.501.500,0	5.907.315,4	40,74	4.430.791,8	30,55	1.476.523,6
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.204.800,0	4.673.151,7	2.398.512,3	51,33	1.236.805,5	26,47	1.161.706,8
43-TOTAL OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS C/RECEITAS ADIC. P/FINANC.DO ENSINO (40+41+42+43)	11.706.300,0	19.174.651,7	8.305.827,7	43,32	5.667.597,3	29,56	2.638.230,4
44-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	163.393.800,0	204.397.911,8	189.618.202,8	92,77	176.637.451,3	86,42	12.980.751,5

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	Cancelado em 2019 (g)
45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	17.487.343,10	497.741,20
45.1- EXECUTADOS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	17.297.154,50	493.237,70
45.2-EXECUTADOS COM RECURSOS DO FUNDEB	190.188,60	4.503,50
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE <EXERCÍCIO ANTERIOR>	10.215.479,00	9.512.584,60
47-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	79.885.030,30	10.424.423,90
48-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	83.093.875,90	4.755.666,70
48.1-ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO	81.519.486,70	4.399.512,80
48.2-RESTOS A PAGAR	1.574.389,20	356.153,90
49-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	207.319,00	276.832,30
50-(-) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	7.213.952,40	15.458.174,10
51-(+) Ajustes	-593.244,00	0,00
51.1 Retenções	0,00	0,00
51.2 Conciliação Bancária	-593.244,00	0,00
52- (-) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	6.620.708,40	15.458.174,10

FONTE :  
<sup>1</sup> Caput do artigo 212 da CF/1988  
<sup>2</sup> Os valores referentes à parcela dos restos a pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.  
<sup>3</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

**AJUSTE DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

<b>VINCULADAS ÀS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS</b>	96.833.563,20
Despesas com Ensino Fundamental ( 24.2 )	83.491.977,20
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas ( 23.2 )	13.337.846,60
<b>PARCELA DAS TRANSFERÊNCIAS DESTINADA À FORMAÇÃO DO FUNDEB ( 10 )</b>	98.484.963,90
<b>INATIVOS PAGOS COM RECURSOS DO TESOURO ( 40 )</b>	0,00
Despesas com Ensino Fundamental	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
<b>TOTAL DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - ( 24.2 + 23.2 + 10 + 40 )</b>	195.314.787,70
<b>AJUSTE DA TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS</b>	
Mínimo de <25%> das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino - Caput do artigo 212 da CF/88	26,70
Mínimo de <60%> do FUNDEB na remuneração do magistério do Ensino Fundamental - caput § 5º do artigo 60 do ADCT	92,07

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: FERNANDO ANTONIO CECILIANO JORDAO  
 RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: CARLA DOS SANTOS HONORATO

**MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Quadrimestre / 2019**

RGF - ANEXO 1

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Últ.12Meses	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	34.945.242,68	40.984.094,50	40.333.922,91	44.525.509,49	43.658.363,20	44.066.098,33	60.385.853,62	44.377.595,15	42.270.226,57	34.363.328,60	53.462.171,97	73.526.030,12	556.898.437,14	2.587.444,73
Pessoal Ativo	28.320.674,13	34.204.331,59	33.524.215,79	37.029.043,85	36.313.523,93	36.676.668,66	49.341.967,34	36.888.546,14	34.715.190,76	26.739.503,69	45.810.560,48	62.094.868,68	461.659.095,04	2.587.444,73
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	27.727.617,77	30.773.215,76	30.029.206,59	33.524.482,99	32.340.838,23	31.796.408,60	46.194.607,07	31.829.011,98	31.916.800,84	22.765.343,40	41.835.621,51	53.890.261,39	414.623.416,13	564.099,25
Obrigações Patronais	425.633,27	3.235.168,68	3.292.733,29	3.256.410,42	3.650.093,98	4.513.849,89	2.607.721,93	4.697.492,64	2.452.084,07	3.571.830,53	3.613.061,79	7.530.176,34	42.846.256,83	1.544.697,60
Benefícios Previdenciários	167.423,09	195.947,15	202.275,91	248.150,44	322.591,72	366.410,17	539.638,34	362.041,52	346.305,85	402.329,76	361.877,18	674.430,95	4.189.422,08	478.647,88
Pessoal Inativo e Pensionista	6.624.568,55	6.779.762,91	6.809.707,12	7.496.465,64	7.344.839,27	7.389.429,67	11.043.886,28	7.489.049,01	7.555.035,81	7.623.824,91	7.651.611,49	11.431.161,44	95.239.342,10	0,00
Aposentadorias, Reservas e Reformas	5.822.265,11	5.928.814,72	5.982.466,35	6.615.091,57	6.481.565,74	6.524.420,73	9.783.298,89	6.614.192,76	6.703.638,30	6.758.450,84	6.771.393,48	10.135.054,39	84.120.652,88	0,00
Pensões	802.303,44	850.948,19	827.240,77	881.374,07	863.273,53	865.008,94	1.260.587,39	874.856,25	851.397,51	865.374,07	880.218,01	1.296.107,05	11.188.689,22	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terc. (art.18, §1º LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	5.207.288,07	5.075.211,57	5.142.974,50	4.518.680,73	4.816.078,01	4.914.481,08	6.102.961,15	4.031.393,63	6.739.199,50	5.271.532,10	3.594.078,07	8.079.738,01	63.493.616,42	4.784,93
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	84.781,97	319.273,53	356.993,16	262.966,41	376.495,19	202.843,21	265.709,62	413.552,65	481.083,69	215.190,12	302.039,23	168.127,99	3.449.056,77	4.784,92
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	161.837,20	99.441,47	243.248,99	81.598,60	1.422,92	0,00	41.230,99	74.130,12	14.163,78	0,00	5.013,79	1.621.912,67	2.344.000,53	0,01
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.960.668,90	4.656.496,57	4.542.732,35	4.174.115,72	4.438.159,90	4.711.637,87	5.796.020,54	3.543.710,86	6.243.952,03	5.056.341,98	3.287.025,05	6.289.697,35	57.700.559,12	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	29.737.954,61	35.908.882,93	35.190.948,41	40.006.828,76	38.842.285,19	39.151.617,25	54.282.892,47	40.346.201,52	35.531.027,07	29.091.796,50	49.868.093,90	65.446.292,11	493.404.820,72	2.582.659,80
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>									<b>VALOR</b>			<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>									1.198.881.198,23					
<b>(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)</b>									0,00					
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>									1.198.881.198,23					
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)</b>									495.987.480,52			<b>41,37%</b>		
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>									719.328.718,94			<b>60,00%</b>		
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>									683.362.282,99			<b>57,00%</b>		
<b>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>									647.395.847,04			<b>54,00%</b>		
Fonte : CONTROLADORIA-GERAL														

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: FERNANDO ANTONIO CECILIANO JORDAO  
 RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO: ROBERTO PEIXOTO MEDEIROS DA SILVA  
 RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: JOSÉ CARLOS DE ABREU

SIGFIS - Versão 2019

Data de Emissão: 04/02/2020 16:01h

Anexo 1 do DCRGF

**MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019**

ADCT, art 77 - Anexo 12

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
<b>RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA (I)</b>	195.210.800,0	201.310.800,0	233.547.539,9	116,01
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	54.000.000,0	54.000.000,0	57.796.187,6	107,03
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	7.300.000,0	7.300.000,0	6.917.866,5	94,77
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	78.300.000,0	78.300.000,0	85.822.063,9	109,61
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	43.060.000,0	49.160.000,0	57.093.897,5	116,14
Imposto Territorial Rural - ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	6.085.000,0	6.085.000,0	6.611.871,7	108,66
Dívida Ativa dos Impostos	4.050.000,0	4.050.000,0	11.545.256,8	285,07
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.415.800,0	2.415.800,0	7.760.395,9	321,24
<b>RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)</b>	457.530.000,0	479.308.000,0	498.018.026,9	103,90
Cota-Parte FPM	55.000.000,0	68.278.000,0	70.033.968,2	102,57
Cota-Parte ITR	30.000,0	30.000,0	85.250,7	284,17
Cota-Parte IPVA	14.000.000,0	14.000.000,0	15.577.924,7	111,27
Cota-Parte ICMS	380.000.000,0	388.500.000,0	402.272.598,1	103,55
Cota-Parte IPI-Exportação	7.600.000,0	7.600.000,0	10.048.285,2	132,21
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências CONSTITUCIONAIS	900.000,0	900.000,0	0,0	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	900.000,0	900.000,0	0,0	0,00
Outras	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>652.740.800,0</b>	<b>680.618.800,0</b>	<b>731.565.566,8</b>	<b>107,49</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (d)	% (d/c)
<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS</b>	94.846.500,0	100.283.314,6	118.977.448,0	118,64
Provenientes da União	93.362.650,0	97.211.923,8	95.134.244,2	97,86
Provenientes dos Estados	20.000,0	1.607.540,8	23.134.659,8	1.439,13
Provenientes de Outros Municípios	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Receitas do SUS	1.463.850,0	1.463.850,0	708.544,0	48,40
<b>TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS</b>	0,0	2.528.200,4	926.733,8	36,66
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE</b>	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	0,0	5.861.166,7	0,0	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>94.846.500,0</b>	<b>108.672.681,7</b>	<b>119.904.181,8</b>	<b>110,34</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS (g)
			Até 6º Bim/2019 (f)	% (f/e)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (g/e)	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	303.605.500,0	344.439.574,6	325.762.657,0	94,58	307.670.248,2	94,58	18.092.408,8
Pessoal e Encargos Sociais	167.187.000,0	178.315.113,0	172.833.037,7	96,93	172.748.366,0	96,93	84.671,7
Juros e Encargos da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outras Despesas Correntes	136.418.500,0	166.124.461,6	152.929.619,3	92,06	134.921.882,2	92,06	18.007.737,1
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	5.545.500,0	17.834.887,0	5.459.469,5	30,61	2.170.627,0	30,61	3.288.842,5
Investimentos	5.545.500,0	17.834.887,0	5.459.469,5	30,61	2.170.627,0	30,61	3.288.842,5
Inversões Financeiras	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Amortização da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE</b>	<b>309.151.000,0</b>	<b>362.274.461,6</b>	<b>331.222.126,5</b>	<b>91,43</b>	<b>309.840.875,2</b>	<b>91,43</b>	<b>21.381.251,3</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
			Até 6º Bim/2019 (h)	% (h/IVf)	Até 6º Bim/2019 (i)	% (i/IVg)	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	94.999.500,0	134.714.215,0	106.282.129,1	32,09	93.574.282,1	32,09	12.707.847,0
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	94.771.500,0	125.085.415,8	99.849.896,4	30,15	88.616.449,1	30,15	11.233.447,3
Recursos de Operações de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outros Recursos	228.000,0	9.628.799,2	6.432.232,7	1,94	4.957.833,0	1,94	1.474.399,7
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS C/REC.VINCULADOS À PARCELA DO % MÍNIMO NÃO APLICADAS EM AÇÕES E SERV. SAÚDE EM EXER. ANTERIORES³	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>94.999.500,0</b>	<b>134.714.215,0</b>	<b>106.282.129,1</b>	<b>32,09</b>	<b>93.574.282,1</b>	<b>32,09</b>	<b>12.707.847,0</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>214.151.500,0</b>	<b>227.560.246,6</b>	<b>224.939.997,4</b>	<b>67,91</b>	<b>216.266.593,1</b>	<b>67,91</b>	<b>8.673.404,3</b>

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: FERNANDO ANTONIO CECILIANO JORDAO  
RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: CARLA DOS SANTOS HONORATO

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VIh + Vii - 15)/100xIIIb]

115.205.162,4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	432.310,5	0,7	432.309,80	0,00	0,00
Inscritos em 2017	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>432.310,5</b>	<b>0,7</b>	<b>432.309,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E §2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,0	0,0	0,00
Restos a pagar Cancelados ou Prescritos anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00
<b>Total (VIII)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ART. 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00
<b>Total (IX)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até 6º Bim/2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	%
			(l)	(m)	(l+m / total (l+m))
Atenção Básica	237.366.500,0	273.711.426,8	244.825.408,4	13.322.073,3	77,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	67.326.500,0	79.517.240,9	61.643.148,4	7.272.808,8	20,81
Suporte Profilático e Terapêutico	48.000,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Vigilância Sanitária	632.000,0	1.753.000,0	233.097,2	96.907,5	0,10
Vigilância Epidemiológica	980.000,0	3.534.312,2	425.755,7	221.717,4	0,20
Alimentação e Nutrição	58.000,0	85.773,1	2.095,8	0,0	0,00
Outras Subfunções	2.740.000,0	3.672.708,6	2.711.370,6	467.743,3	0,96
<b>TOTAL</b>	<b>309.151.000,0</b>	<b>362.274.461,6</b>	<b>309.840.876,1</b>	<b>21.381.250,3</b>	<b>100,00</b>

Fonte : CONTROLADORIA-GERAL

<sup>1</sup> Esta linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre será utilizada a fórmula: VI(h+i) - (15 x IIIb/100)

**MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019**

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$ Milhares

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
<b>RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)</b>	<b>PREVISÃO INICIAL</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA (a)</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	
			<b>Até 6º Bim/2019 (b)</b>	<b>% (b/a)</b>
<b>1-RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	23.698,3	23.698,3	23.657,1	99,83
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.383,1	8.383,1	6.773,9	80,80
1.1.1-Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	7.333,1	7.333,1	5.850,2	79,78
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	1.050,0	1.050,0	923,7	87,97
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.655,2	1.655,2	952,5	57,55
1.2.1-Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.500,0	1.500,0	947,8	63,19
1.2.2-Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	155,2	155,2	4,7	3,03
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	11.460,0	11.460,0	12.677,7	110,63
1.3.1-Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	11.000,0	11.000,0	12.468,8	113,35
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	460,0	460,0	208,9	45,41
1.4-Receita Resultante do Imposto sobre Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.200,0	2.200,0	3.253,0	147,86
1.4.1-Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.200,0	2.200,0	3.252,9	147,86
1.4.2-Multas, Juros, de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,0	0,0	0,1	0,00
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF. art 153, §4º, III)	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5.1-ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	74.822,0	74.822,0	80.419,4	107,48
2.1-Cota-Parte FPM	34.000,0	34.000,0	39.973,2	117,57
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	34.000,0	34.000,0	39.973,2	117,57
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,0	0,0	0,0	0,00
2.1.3-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea e	0,0	0,0	0,0	0,00
2.2-Cota-Parte ICMS	32.000,0	32.000,0	33.303,4	104,07
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	100,0	100,0	0,0	0,00
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	610,0	610,0	829,9	136,05
2.5-Cota-Parte ITR	12,0	12,0	51,9	432,50
2.6-Cota-Parte IPVA	8.100,0	8.100,0	6.261,0	77,30
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>3-TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>98.520,3</b>	<b>98.520,3</b>	<b>104.076,5</b>	<b>105,64</b>

**MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019**

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$ Milhares

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	30,0	30,0	7,6	25,33
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	8.002,6	8.002,6	7.726,3	96,55
5.1-Transferências do Salário-Educação	4.680,0	4.680,0	4.001,6	85,50
5.2-Transferências Diretas - PDDE	2,5	2,5	0,6	24,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	891,9	891,9	88,5	9,92
5.4-Transferências Diretas - PNATE	21,0	21,0	5,4	25,71
5.5-Transferências Diretas - FNDE	2.380,8	2.380,8	3.478,2	146,09
5.6-Aplicações Financeiras Recursos do FNDE	26,4	26,4	152,0	575,76
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,0	0,0	0,0	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,0	0,0	0,0	0,00
6.2-Aplicação Financeira de Recursos de Convênios	0,0	0,0	0,0	0,00
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,00
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,00
9-TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	8.032,6	8.032,6	7.733,9	96,28

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	14.771,2	14.771,2	15.269,2	103,37
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	7.000,0	7.000,0	7.204,9	102,93
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	6.200,0	6.200,0	6.682,9	107,79
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	20,0	20,0	0,0	0,00
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	122,0	122,0	166,0	136,07
10.5-Cota-Parte ITR ou ITR arrecadado (20% de 1.5 + 2.5)	9,2	9,2	10,4	113,04
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.420,0	1.420,0	1.205,0	84,86
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	29.055,0	29.055,0	33.492,7	115,27
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	29.000,0	29.000,0	33.480,2	115,45
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos FUNDEB	55,0	55,0	12,5	22,73
12-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	14.228,8	14.228,8	18.211,0	127,99

[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12 > 0)] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12 > 0)] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscr. em RP Não Processados (i)
			Até 6º Bim/2019 (e)=(g/c)	% (f=e/d)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (h)=(g/d)	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	24.617,3	28.263,2	28.655,2	102,08	28.850,6	101,39	-195,4
13.1-Com Educação Infantil	1.069,1	1.109,1	6.587,4	611,83	6.785,8	593,94	-198,4
13.2-Com Ensino Fundamental	23.548,2	27.154,1	22.067,8	81,26	22.064,8	81,27	3,0
14-OUTRAS DESPESAS	4.437,7	6.118,1	6.732,4	77,10	4.717,0	110,04	2.015,4
14.1-Com Educação Infantil	2,0	161,8	1.071,1	399,07	645,7	661,99	425,4
14.2-Com Ensino Fundamental	4.435,7	5.956,3	5.661,3	68,35	4.071,3	95,05	1.590,0
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	29.055,0	34.381,3	35.387,6	97,63	33.567,6	102,93	1.820,0

**DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO**

16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1-FUNDEB 60%	0,00
16.2-FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1-FUNDEB 60%	0,00
17.1-FUNDEB 40%	0,00
18-TOTAL DE DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16+17)	0,00

**INDICADORES DO FUNDEB**

19-TOTAL DE DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	35.387,60
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (13-(16.1+17.1))/(II)x100	85,56
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESAS COM MDE QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(XX)x100	20,10
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))	-5,66

**CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE**

20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019	0,00

**MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019**

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$ Milhares

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritos em RP Não Processados (i)	
			Até 6º Bim/2019 (e)	% (f)=(e/d)	Até 6º Bim/2019 (f)	% (f/d)x100		
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	2.413,4	3.516,5	9.835,1	279,68	9.379,9	266,74	455,2	
22.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.071,1	1.270,9	7.658,5	602,60	7.431,5	584,74	227,0	
22.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.342,3	2.245,6	2.176,6	96,93	1.948,4	86,77	228,2	
23-ENSINO FUNDAMENTAL	42.025,0	48.602,5	45.270,9	93,15	39.118,5	80,49	6.152,4	
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	27.983,9	33.110,4	27.729,1	83,75	26.136,1	78,94	1.593,0	
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	14.041,1	15.492,1	17.541,8	113,23	12.982,4	83,80	4.559,4	
24-ENSINO MÉDIO	3,5	3,5	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
25-ENSINO SUPERIOR	6,0	6,0	1,0	16,67	0,8	13,33	0,2	
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
27-OUTRAS	363,0	292,7	977,4	333,93	903,1	308,54	74,3	
28-TOTAL DESPESAS C/AÇÕES TÍPICAS DE MDE(23+24+25+26+27+28)	44.810,9	52.421,2	56.084,4	106,99	49.402,3	94,24	6.682,1	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR	
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)								18.211,00
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO								0,00
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR								0,00
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS, DO EXERCÍCIO ANTERIOR								0,00
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO								0,00
35-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45g)								0,00
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITES CONSTITUCIONAIS (29+30+32+33+34+35)								18.211,00
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23)-36								36.895,00
38-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO [(38)/(3)]X100%								35,45

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscr em RP Não Processados
			Até 6º Bim/2019 (e)	% (f)=(e/d)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (h)=(g/d)	
39-DESPESAS CUSTEADAS C/APLIC. FIN. EM OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	4.710,0	4.710,0	4.769,2	101,26	4.707,0	99,94	62,2
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.398,0	2.672,1	3.726,2	139,45	3.511,8	131,42	214,4
43-TOTAL OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS C/RECEITAS ADIC. P/FINANC.DO ENSINO (40+41+42+43)	7.108,0	7.382,1	8.495,4	115,08	8.218,8	111,33	276,6
44-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	51.919,0	59.803,4	64.579,8	107,99	57.621,1	96,35	6.958,7

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	Cancelado em 2019 (g)
45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00	0,00
45.1- EXECUTADOS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00
45.2-EXECUTADOS COM RECURSOS DO FUNDEB	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE <EXERCÍCIO ANTERIOR>	883,20	322,70
47-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	33.480,20	4.001,60
48-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
48.1-ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00
48.2-RESTOS A PAGAR	0,00	0,00
49-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	12,50	0,00
50-(-) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	34.375,90	4.324,30
51-(+) Ajustes	0,00	0,00
51.1 Retenções	0,00	0,00
51.2 Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (-) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	34.375,90	4.324,30

FONTE :

<sup>1</sup> Caput do artigo 212 da CF/1988

<sup>2</sup> Os valores referentes à parcela dos restos a pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

<sup>3</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

**AJUSTE DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

<b>VINCULADAS ÀS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS</b>	20.622,30
Despesas com Ensino Fundamental ( 24.2 )	17.541,80
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas ( 23.2 )	2.176,60
<b>PARCELA DAS TRANSFERÊNCIAS DESTINADA À FORMAÇÃO DO FUNDEB ( 10 )</b>	15.269,20
<b>INATIVOS PAGOS COM RECURSOS DO TESOURO ( 40 )</b>	347,20
Despesas com Ensino Fundamental	347,20
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
<b>TOTAL DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - ( 24.2 + 23.2 + 10 + 40 )</b>	35.334,80
<b>AJUSTE DA TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS</b>	
Mínimo de <25%> das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino - Caput do artigo 212 da CF/88	33,95
Mínimo de <60%> do FUNDEB na remuneração do magistério do Ensino Fundamental - caput § 5º do artigo 60 do ADCT	86,14

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: MARIO REIS ESTEVES  
 RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: RONALDO MATTOS GUIMARAES

**MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI - PODER EXECUTIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Quadrimestre / 2019**

RGF - ANEXO 1

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Últ.12Meses	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.486,55	18.371,50	10.111,17	4.270,65	15.430,20	10.447,45	3.859,00	4.729,98	9.500,31	14.364,53	14.925,56	9.370,39	124.867,28	4.383,52
Pessoal Ativo	7.609,88	16.221,73	8.270,30	2.369,27	13.495,85	8.543,49	2.067,97	2.945,90	7.539,61	12.204,02	11.992,10	7.937,49	101.197,60	3.818,31
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.412,48	15.512,19	7.084,44	2.097,38	12.197,77	7.409,87	1.683,43	1.782,23	7.432,00	12.232,38	11.274,44	7.013,01	93.131,63	3.485,33
Obrigações Patronais	197,02	703,85	1.179,23	271,89	1.297,27	1.132,84	382,97	1.163,67	105,20	-31,71	712,86	482,76	7.597,84	82,38
Benefícios Previdenciários	0,38	5,68	6,63	0,00	0,82	0,77	1,57	0,00	2,41	3,35	4,79	441,72	468,13	250,61
Pessoal Inativo e Pensionista	1.876,67	2.149,77	1.840,87	1.901,38	1.934,35	1.903,96	1.791,03	1.784,08	1.960,69	2.160,51	2.933,46	1.432,90	23.669,68	565,21
Aposentadorias, Reservas e Reformas	1.579,06	1.751,94	1.554,25	1.627,61	1.635,07	1.615,54	1.547,24	1.566,01	1.655,52	1.779,23	2.497,02	1.352,67	20.161,17	416,51
Pensões	297,61	397,83	286,61	273,77	299,28	288,42	243,79	218,08	305,17	381,28	436,44	80,23	3.508,52	148,70
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terc. (art.18, §1º LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	18,98	0,00	0,00	0,00	68,14	12,03	0,00	0,00	44,48	0,00	0,00	0,00	143,63	256,95
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	18,98	0,00	0,00	0,00	68,14	12,03	0,00	0,00	44,48	0,00	0,00	0,00	143,63	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	256,95
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	9.467,57	18.371,50	10.111,17	4.270,65	15.362,06	10.435,42	3.859,00	4.729,98	9.455,82	14.364,53	14.925,56	9.370,39	124.723,65	4.126,57
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>									<b>VALOR</b>		<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>									261.293,59					
<b>(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)</b>									0,00					
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>									261.293,59					
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)</b>									128.850,21		<b>49,31%</b>			
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>									141.098,54		<b>54,00%</b>			
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>									134.043,61		<b>51,30%</b>			
<b>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>									126.988,69		<b>48,60%</b>			
Fonte : ..														

**MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019**

ADCT, art 77 - Anexo 12

R\$ Milhares

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
<b>RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA (I)</b>	23.698,3	23.698,3	23.657,1	99,83
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	7.333,1	7.333,1	5.850,2	79,78
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.500,0	1.500,0	947,8	63,19
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	11.000,0	11.000,0	12.468,8	113,35
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.200,0	2.200,0	3.253,0	147,86
Imposto Territorial Rural - ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	355,2	355,2	92,8	26,13
Dívida Ativa dos Impostos	1.030,0	1.030,0	839,5	81,50
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	280,0	280,0	205,0	73,21
<b>RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)</b>	74.822,0	74.822,0	80.419,4	107,48
Cota-Parte FPM	34.000,0	34.000,0	39.973,2	117,57
Cota-Parte ITR	12,0	12,0	51,9	432,50
Cota-Parte IPVA	8.100,0	8.100,0	6.261,0	77,30
Cota-Parte ICMS	32.000,0	32.000,0	33.303,4	104,07
Cota-Parte IPI-Exportação	610,0	610,0	829,9	136,05
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências CONSTITUCIONAIS	100,0	100,0	0,0	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	100,0	100,0	0,0	0,00
Outras	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>98.520,3</b>	<b>98.520,3</b>	<b>104.076,5</b>	<b>105,64</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (d)	% (d/c)
<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS</b>	35.498,0	35.498,0	51.967,8	146,40
Provenientes da União	35.102,8	35.102,8	45.683,5	130,14
Provenientes dos Estados	42,6	42,6	6.048,7	14.198,83
Provenientes de Outros Municípios	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Receitas do SUS	352,6	352,6	235,6	66,82
<b>TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS</b>	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE</b>	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>35.498,0</b>	<b>35.498,0</b>	<b>51.967,8</b>	<b>146,40</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (g)
			Até 6º Bim/2019 (f)	% (f/e)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (g/e)	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	56.747,9	93.546,8	76.895,3	82,20	74.122,3	82,20	2.773,0
Pessoal e Encargos Sociais	15.637,0	19.278,4	18.669,9	96,84	18.599,4	96,84	70,5
Juros e Encargos da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outras Despesas Correntes	41.110,9	74.268,4	58.225,4	78,40	55.522,9	78,40	2.702,5
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	1.583,1	3.675,8	1.857,6	50,54	1.625,3	50,54	232,3
Investimentos	1.583,1	3.675,8	1.857,6	50,54	1.625,3	50,54	232,3
Inversões Financeiras	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Amortização da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE</b>	<b>58.331,0</b>	<b>97.222,6</b>	<b>78.752,9</b>	<b>81,00</b>	<b>75.747,6</b>	<b>81,00</b>	<b>3.005,3</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC.
			Até 6º Bim/2019 (h)	% (h/IVf)	Até 6º Bim/2019 (i)	% (i/IVg)	
<b>DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS</b>	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS</b>	35.498,0	65.756,5	48.986,7	62,20	46.774,1	62,20	2.212,6
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	35.498,0	65.756,5	48.986,7	62,20	46.774,1	62,20	2.212,6
Recursos de Operações de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outros Recursos	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS</b>	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS C/REC.VINCULADOS À PARCELA DO % MÍNIMO NÃO APLICADAS EM AÇÕES E SERV. SAÚDE EM EXER. ANTERIORES³	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>35.498,0</b>	<b>65.756,5</b>	<b>48.986,7</b>	<b>62,20</b>	<b>46.774,1</b>	<b>62,20</b>	<b>2.212,6</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>22.833,0</b>	<b>31.466,1</b>	<b>29.766,2</b>	<b>37,80</b>	<b>28.973,5</b>	<b>37,80</b>	<b>792,7</b>

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: MARIO REIS ESTEVES  
 RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: RONALDO MATTOS GUIMARAES

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL  $[(VIh + VII - 15)/100 \times IIIb]$

14.154,7

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	926,2	737,8	395,60	-207,20	0,00
Inscritos em 2017	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>926,2</b>	<b>737,8</b>	<b>395,60</b>	<b>-207,20</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E §2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,0	0,0	0,00
Restos a pagar Cancelados ou Prescritos anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00
<b>Total (VIII)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ART. 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00
<b>Total (IX)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até 6º Bim/2019	PROCESSADOS Até 6º Bim/2019	% (l / total l)
			(l)	(m)	(l+m / total (l+m))
Atenção Básica	6.920,2	17.312,5	6.895,8	1.323,6	10,44
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	27.900,0	45.480,0	37.713,3	635,0	48,69
Suporte Profilático e Terapêutico	994,7	1.743,5	1.531,2	32,7	1,99
Vigilância Sanitária	138,0	19,3	5,4	8,3	0,02
Vigilância Epidemiológica	1.417,1	2.431,1	1.452,9	285,4	2,21
Alimentação e Nutrição	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Subfunções	20.961,0	30.236,1	28.149,0	720,2	36,66
<b>TOTAL</b>	<b>58.331,0</b>	<b>97.222,5</b>	<b>75.747,6</b>	<b>3.005,2</b>	<b>100,00</b>

Fonte : ..

<sup>1</sup> Esta linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre será utilizada a fórmula:  $VI(h+i) - (15 \times IIIb/100)$

MUNICÍPIO DE BARRA MANSA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
<b>1-RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	61.650.000,0	70.650.000,0	83.547.404,8	118,26
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	16.850.000,0	16.850.000,0	19.145.073,6	113,62
1.1.1-Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	14.000.000,0	14.000.000,0	15.139.769,7	108,14
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	2.850.000,0	2.850.000,0	4.005.303,9	140,54
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.700.000,0	2.700.000,0	2.779.265,1	102,94
1.2.1-Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.500.000,0	2.500.000,0	2.354.951,3	94,20
1.2.2-Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	200.000,0	200.000,0	424.313,8	212,16
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	33.600.000,0	42.600.000,0	50.360.526,2	118,22
1.3.1-Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	32.000.000,0	41.000.000,0	43.167.362,3	105,29
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.600.000,0	1.600.000,0	7.193.163,9	449,57
1.4-Receita Resultante do Imposto sobre Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.500.000,0	8.500.000,0	11.262.539,9	132,50
1.4.1-Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.500.000,0	8.500.000,0	11.262.539,9	132,50
1.4.2-Multas, Juros, de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF. art 153, §4º, III)	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5.1-ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	159.880.000,0	161.080.000,0	144.879.745,4	89,94
2.1-Cota-Parte FPM	62.000.000,0	63.200.000,0	70.033.968,1	110,81
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	58.000.000,0	58.000.000,0	64.450.419,9	111,12
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	2.500.000,0	2.500.000,0	2.844.316,2	113,77
2.1.3-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea e	1.500.000,0	2.700.000,0	2.739.232,0	101,45
2.2-Cota-Parte ICMS	80.000.000,0	80.000.000,0	57.887.769,5	72,36
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	280.000,0	280.000,0	0,0	0,00
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	2.000.000,0	2.000.000,0	1.480.860,5	74,04
2.5-Cota-Parte ITR	100.000,0	100.000,0	72.323,3	72,32
2.6-Cota-Parte IPVA	15.500.000,0	15.500.000,0	15.404.824,0	99,39
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>3-TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>221.530.000,0</b>	<b>231.730.000,0</b>	<b>228.427.150,2</b>	<b>98,57</b>

**MUNICÍPIO DE BARRA MANSA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019**

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,00
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	14.455.000,0	17.912.456,0	12.221.423,4	68,23
5.1-Transferências do Salário-Educação	12.500.000,0	12.500.000,0	8.872.736,7	70,98
5.2-Transferências Diretas - PDDE	4.500,0	4.500,0	0,0	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	1.750.000,0	3.578.251,0	3.298.410,0	92,18
5.4-Transferências Diretas - PNATE	48.000,0	48.000,0	18.345,7	38,22
5.5-Transferências Diretas - FNDE	0,0	1.629.205,0	0,0	0,00
5.6-Aplicações Financeiras Recursos do FNDE	152.500,0	152.500,0	31.931,0	20,94
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,0	0,0	0,0	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,0	0,0	0,0	0,00
6.2-Aplicação Financeira de Recursos de Convênios	0,0	0,0	0,0	0,00
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,00
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,00
9-TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	14.455.000,0	17.912.456,0	12.221.423,4	68,23

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	31.176.000,0	31.176.000,0	27.725.337,8	88,93
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	11.600.000,0	11.600.000,0	12.890.083,4	111,12
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	16.000.000,0	16.000.000,0	11.577.553,7	72,36
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	56.000,0	56.000,0	0,0	0,00
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	400.000,0	400.000,0	296.627,0	74,16
10.5-Cota-Parte ITR ou ITR arrecadado (20% de 1.5 + 2.5)	20.000,0	20.000,0	14.464,5	72,32
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	3.100.000,0	3.100.000,0	2.946.609,2	95,05
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	70.000.000,0	78.000.000,0	78.251.140,2	100,32
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	69.900.000,0	77.900.000,0	78.183.099,2	100,36
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos FUNDEB	100.000,0	100.000,0	68.041,0	68,04
12-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	38.724.000,0	46.724.000,0	50.457.761,4	107,99

[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12 > 0)] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12 > 0)] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscr. em RP Não Processados (i)
			Até 6º Bim/2019 (e)=(g/c)	% (f=e/d)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (h)=(g/d)	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	60.845.000,0	73.076.269,4	73.933.494,3	95,29	69.630.962,5	101,17	4.302.531,8
13.1-Com Educação Infantil	2.845.000,0	3.132.621,0	3.064.448,8	97,82	3.064.448,8	97,82	0,0
13.2-Com Ensino Fundamental	58.000.000,0	69.943.648,4	70.869.045,5	95,17	66.566.513,7	101,32	4.302.531,8
14-OUTRAS DESPESAS	9.155.000,0	8.585.437,0	4.300.642,8	93,90	8.061.932,5	50,09	-3.761.289,7
14.1-Com Educação Infantil	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
14.2-Com Ensino Fundamental	9.155.000,0	8.585.437,0	4.300.642,8	93,90	8.061.932,5	50,09	-3.761.289,7
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	70.000.000,0	81.661.706,4	78.234.137,1	95,14	77.692.895,0	95,80	541.242,1

**DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO**

16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1-FUNDEB 60%	0,00
16.2-FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1-FUNDEB 60%	0,00
17.1-FUNDEB 40%	0,00
18-TOTAL DE DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16+17)	0,00

**INDICADORES DO FUNDEB**

19-TOTAL DE DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	78.234.137,10
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (13-(16.1+17.1))/(11)X100	94,48
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESAS COM MDE QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(XX)X100	5,50
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))	0,02

**CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE**

20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019	0,00

MUNICÍPIO DE BARRA MANSA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$1,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritos em RP Não Processados (i)	
			Até 6º Bim/2019 (e)	% (f)=(e/d)	Até 6º Bim/2019 (f)	% (f/d)x100		
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	5.325.000,0	4.555.577,5	4.329.045,5	95,03	4.269.407,0	93,72	59.638,5	
22.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.845.000,0	3.132.621,0	3.064.448,8	97,82	3.064.448,8	97,82	0,0	
22.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.480.000,0	1.422.956,5	1.264.596,7	88,87	1.204.958,2	84,68	59.638,5	
23-ENSINO FUNDAMENTAL	107.236.000,0	123.599.247,5	113.928.866,1	92,18	111.664.956,5	90,34	2.263.909,6	
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	67.155.000,0	78.529.085,4	75.169.688,3	95,72	74.628.446,2	95,03	541.242,1	
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	40.081.000,0	45.070.162,1	38.759.177,8	86,00	37.036.510,3	82,18	1.722.667,5	
24-ENSINO MÉDIO	355.000,0	458.045,0	441.099,1	96,30	441.099,1	96,30	0,0	
25-ENSINO SUPERIOR	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	800.000,0	484.919,0	457.963,4	94,44	457.963,4	94,44	0,0	
27-OUTRAS	6.485.550,0	7.463.811,9	6.415.278,0	85,95	6.139.960,4	82,26	275.317,6	
28-TOTAL DESPESAS C/AÇÕES TÍPICAS DE MDE(23+24+25+26+27+28)	120.201.550,0	136.561.600,9	125.572.252,1	91,95	122.973.386,4	90,05	2.598.865,7	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR	
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							50.457.761,40	
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00	
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR							0,00	
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS, DO EXERCÍCIO ANTERIOR							0,00	
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO							0,00	
35-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45g)							0,00	
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITES CONSTITUCIONAIS (29+30+32+33+34+35)							50.457.761,40	
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23)-36							67.800.150,20	
38-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO [(38)/(3)]x100%							29,68	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscr em RP Não Processados
			Até 6º Bim/2019 (e)	% (f)=(e/d)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (h)=(g/d)	
39-DESPESAS CUSTEADAS C/APLIC. FIN. EM OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	12.600.000,0	10.275.812,0	8.877.859,2	86,40	8.789.834,0	85,54	88.025,2
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.900.000,0	10.501.749,8	7.737.711,8	73,68	7.176.027,1	68,33	561.684,7
43-TOTAL OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS C/RECEITAS ADIC. P/FINANC.DO ENSINO (40+41+42+43)	14.500.000,0	20.777.561,8	16.615.571,0	79,97	15.965.861,1	76,84	649.709,9
44-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	134.701.550,0	157.339.162,7	142.187.823,1	90,37	138.939.247,5	88,31	3.248.575,6

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	Cancelado em 2019 (g)
45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00	0,00
45.1- EXECUTADOS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00
45.2-EXECUTADOS COM RECURSOS DO FUNDEB	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE <EXERCÍCIO ANTERIOR>	2.433.330,50	1.273.062,00
47-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	78.183.099,20	8.872.736,70
48-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	78.627.670,20	10.026.440,30
48.1-ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO	78.627.670,20	10.026.440,30
48.2-RESTOS A PAGAR	0,00	0,00
49-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	68.041,00	5.652,50
50-(-) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.056.800,50	125.010,90
51-(+) Ajustes	0,00	0,00
51.1 Retenções	0,00	0,00
51.2 Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (-) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	2.056.800,50	125.010,90

FONTE :

<sup>1</sup> Caput do artigo 212 da CF/1988

<sup>2</sup> Os valores referentes à parcela dos restos a pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

<sup>3</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

**AJUSTE DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

<b>VINCULADAS ÀS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS</b>	47.062.797,40
Despesas com Ensino Fundamental ( 24.2 )	38.759.177,80
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas ( 23.2 )	1.264.596,70
<b>PARCELA DAS TRANSFERÊNCIAS DESTINADA À FORMAÇÃO DO FUNDEB ( 10 )</b>	27.725.337,80
<b>INATIVOS PAGOS COM RECURSOS DO TESOURO ( 40 )</b>	0,00
Despesas com Ensino Fundamental	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
<b>TOTAL DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - ( 24.2 + 23.2 + 10 + 40 )</b>	67.749.112,30
<b>AJUSTE DA TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS</b>	
Mínimo de <25%> das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino - Caput do artigo 212 da CF/88	29,66
Mínimo de <60%> do FUNDEB na remuneração do magistério do Ensino Fundamental - caput § 5º do artigo 60 do ADCT	88,98

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: RODRIGO DRABLE COSTA  
RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: MONICA PERES CARVALHO

**MUNICÍPIO DE BARRA MANSA - PODER EXECUTIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Quadrimestre / 2019**

RGF - ANEXO 1

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Últ.12Meses	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.677.812,78	21.445.674,45	21.766.484,17	20.826.558,24	24.803.284,06	30.012.015,71	23.517.673,44	21.402.990,56	23.894.148,69	21.108.724,98	23.052.323,38	32.569.168,46	288.076.858,92	2.185.284,92
Pessoal Ativo	17.372.112,26	14.878.307,43	15.250.992,23	14.219.345,27	18.161.255,52	20.237.877,21	16.836.409,43	14.623.760,68	17.287.864,11	14.437.514,84	16.184.860,68	22.490.056,05	201.980.355,71	2.173.134,93
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.305.553,71	12.822.188,39	12.359.519,71	13.651.475,77	13.576.504,51	18.668.061,56	13.682.732,42	12.841.019,63	13.809.681,04	11.250.287,72	14.122.116,72	22.007.088,07	174.096.229,25	-369.232,66
Obrigações Patronais	2.015.919,56	2.048.039,12	2.881.962,79	556.780,73	4.574.859,56	1.554.953,99	3.144.335,77	1.769.590,41	3.470.600,31	3.175.168,11	2.040.461,64	449.046,10	27.681.718,09	1.945.655,41
Benefícios Previdenciários	50.638,99	8.079,92	9.509,73	11.088,77	9.891,45	14.861,66	9.341,24	13.150,64	7.582,76	12.059,01	22.282,32	33.921,88	202.408,37	596.712,18
Pessoal Inativo e Pensionista	6.305.700,52	6.515.303,02	6.474.836,44	6.563.486,47	6.593.838,04	9.718.754,50	6.623.674,01	6.726.149,88	6.553.221,58	6.624.400,14	6.815.824,70	10.003.808,41	85.518.997,71	4.519,99
Aposentadorias, Reservas e Reformas	5.569.930,32	5.765.362,49	5.728.307,91	5.805.798,14	5.832.663,10	8.585.846,96	5.872.588,23	5.933.869,50	5.791.106,89	5.869.018,03	6.042.764,81	8.847.558,85	75.644.815,23	4.519,99
Pensões	735.770,20	749.940,53	746.528,53	757.688,33	761.174,94	1.132.907,54	751.085,78	792.280,38	762.114,69	755.382,11	773.059,89	1.156.249,56	9.874.182,48	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terc. (art.18, §1º LRF)	0,00	52.064,00	40.655,50	43.726,50	48.190,50	55.384,00	57.590,00	53.080,00	53.063,00	46.810,00	51.638,00	75.304,00	577.505,50	7.630,00
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	6.140.077,37	6.227.568,48	6.326.056,76	6.441.486,05	6.414.458,63	9.539.552,13	6.461.159,58	6.502.720,61	6.438.149,40	6.470.074,43	6.512.517,95	9.723.001,68	83.196.823,07	2.176,32
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	18,00	0,00	33.722,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.740,74	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.140.077,37	6.227.550,48	6.326.056,76	6.407.763,31	6.414.458,63	9.539.552,13	6.461.159,58	6.502.720,61	6.438.149,40	6.470.074,43	6.512.517,95	9.723.001,68	83.163.082,33	2.176,32
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	17.537.735,41	15.218.105,97	15.440.427,41	14.385.072,19	18.388.825,43	20.472.463,58	17.056.513,86	14.900.269,95	17.455.999,29	14.638.650,55	16.539.805,43	22.846.166,78	204.880.035,85	2.183.108,60
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>									<b>VALOR</b>			<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>									520.637.751,41					
<b>(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)</b>									0,00					
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>									520.637.751,41					
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)</b>									207.063.144,45			<b>39,77%</b>		
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>									281.144.385,76			<b>54,00%</b>		
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>									267.087.166,47			<b>51,30%</b>		
<b>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>									253.029.947,19			<b>48,60%</b>		

**MUNICÍPIO DE BARRA MANSA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019**

ADCT, art 77 - Anexo 12

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
<b>RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA (I)</b>	61.650.000,0	70.650.000,0	83.547.404,8	118,26
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	14.000.000,0	14.000.000,0	15.139.769,7	108,14
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.500.000,0	2.500.000,0	2.354.951,3	94,20
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	32.000.000,0	41.000.000,0	43.167.362,3	105,29
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.500.000,0	8.500.000,0	11.262.539,9	132,50
Imposto Territorial Rural - ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	360.000,0	360.000,0	397.545,3	110,43
Dívida Ativa dos Impostos	3.880.000,0	3.880.000,0	10.988.994,1	283,22
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	410.000,0	410.000,0	236.242,2	57,62
<b>RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)</b>	155.880.000,0	155.880.000,0	139.296.197,2	89,36
Cota-Parte FPM	58.000.000,0	58.000.000,0	64.450.419,9	111,12
Cota-Parte ITR	100.000,0	100.000,0	72.323,3	72,32
Cota-Parte IPVA	15.500.000,0	15.500.000,0	15.404.824,0	99,39
Cota-Parte ICMS	80.000.000,0	80.000.000,0	57.887.769,5	72,36
Cota-Parte IPI-Exportação	2.000.000,0	2.000.000,0	1.480.860,5	74,04
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências CONSTITUCIONAIS	0,0	0,0	0,0	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	280.000,0	280.000,0	0,0	0,00
Outras	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>217.530.000,0</b>	<b>226.530.000,0</b>	<b>222.843.602,0</b>	<b>98,37</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (d)	% (d/c)
<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS</b>	87.710.000,0	116.510.891,4	104.975.736,5	90,10
Provenientes da União	82.400.000,0	96.870.339,3	80.723.881,4	83,33
Provenientes dos Estados	5.260.000,0	19.590.552,1	22.767.650,8	116,22
Provenientes de Outros Municípios	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Receitas do SUS	50.000,0	50.000,0	1.484.204,3	2.968,41
<b>TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS</b>	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE</b>	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>87.710.000,0</b>	<b>116.510.891,4</b>	<b>104.975.736,5</b>	<b>90,10</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		(g)
			Até 6º Bim/2019 (f)	% (f/e)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (g/e)	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	119.641.000,0	151.920.455,3	140.436.545,4	92,44	132.204.259,9	92,44	8.232.285,5
Pessoal e Encargos Sociais	26.574.000,0	34.013.005,0	27.441.033,4	80,68	27.056.029,7	80,68	385.003,7
Juros e Encargos da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outras Despesas Correntes	93.067.000,0	117.907.450,3	112.995.512,0	95,83	105.148.230,2	95,83	7.847.281,8
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	832.000,0	3.411.436,1	1.699.418,8	49,82	873.037,5	49,82	826.381,3
Investimentos	832.000,0	3.411.436,1	1.376.501,9	40,35	865.685,6	40,35	510.816,3
Inversões Financeiras	0,0	0,0	322.916,9	0,00	7.351,9	0,00	315.565,0
Amortização da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE</b>	<b>120.473.000,0</b>	<b>155.331.891,4</b>	<b>142.135.964,2</b>	<b>91,50</b>	<b>133.077.297,4</b>	<b>91,50</b>	<b>9.058.666,8</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		(g)
			Até 6º Bim/2019 (h)	% (h/IVf)	Até 6º Bim/2019 (i)	% (i/IVg)	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS</b>	<b>87.660.000,0</b>	<b>116.468.141,4</b>	<b>104.605.986,6</b>	<b>73,60</b>	<b>96.005.258,4</b>	<b>73,60</b>	<b>8.600.728,2</b>
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	87.660.000,0	116.468.141,4	104.605.986,6	73,60	96.005.258,4	73,60	8.600.728,2
Recursos de Operações de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outros Recursos	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0</b>
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS C/REC.VINCULADOS À PARCELA DO % MÍNIMO NÃO APLICADAS EM AÇÕES E SERV. SAÚDE EM EXER. ANTERIORES³	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>87.660.000,0</b>	<b>116.468.141,4</b>	<b>104.605.986,6</b>	<b>73,60</b>	<b>96.005.258,4</b>	<b>73,60</b>	<b>8.600.728,2</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>32.813.000,0</b>	<b>38.863.750,0</b>	<b>37.529.977,6</b>	<b>26,40</b>	<b>37.072.039,0</b>	<b>26,40</b>	<b>457.938,6</b>

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: RODRIGO DRABLE COSTA  
 RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: MONICA PERES CARVALHO

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VIh + VII - 15)/100xIIIb]

4.103.437,3

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2017	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E §2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,0	0,0	0,00
Restos a pagar Cancelados ou Prescritos anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00
<b>Total (VIII)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ART. 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00
<b>Total (IX)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até 6º Bim/2019	PROCESSADOS Até 6º Bim/2019	% (l / total l)
			(l)	(m)	(l+m / total (l+m))
Atenção Básica	38.128.000,0	53.173.244,4	48.621.773,9	1.123.758,9	35,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	78.207.000,0	96.500.806,1	80.131.458,0	7.352.308,0	61,55
Suporte Profilático e Terapêutico	2.930.000,0	3.983.123,1	3.463.628,8	371.820,7	2,70
Vigilância Sanitária	108.000,0	80.100,0	49.408,0	13.837,9	0,04
Vigilância Epidemiológica	1.100.000,0	1.594.617,7	811.028,7	196.941,3	0,71
Alimentação e Nutrição	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Subfunções	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>120.473.000,0</b>	<b>155.331.891,3</b>	<b>133.077.297,4</b>	<b>9.058.666,8</b>	<b>100,00</b>

<sup>1</sup> Esta linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre será utilizada a fórmula: VI(h+i) - (15 x IIIb/100)

MUNICÍPIO DE RESENDE  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
<b>1-RECEITAS DE IMPOSTOS</b>				
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	96.294.300,0	96.294.300,0	117.631.249,6	122,16
1.1.1-Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	26.386.100,0	26.386.100,0	28.134.418,2	106,63
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	21.000.000,0	21.000.000,0	22.161.137,3	105,53
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	5.386.100,0	5.386.100,0	5.973.280,9	110,90
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	5.735.000,0	5.735.000,0	5.654.756,9	98,60
1.2.1-Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	5.500.000,0	5.500.000,0	5.654.756,9	102,81
1.2.2-Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	235.000,0	235.000,0	0,0	0,00
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	46.538.400,0	46.538.400,0	62.607.790,5	134,53
1.3.1-Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	45.000.000,0	45.000.000,0	60.740.521,3	134,98
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.538.400,0	1.538.400,0	1.867.269,2	121,38
1.4-Receita Resultante do Imposto sobre Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	17.634.800,0	17.634.800,0	21.234.284,0	120,41
1.4.1-Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	17.634.800,0	17.634.800,0	21.234.284,0	120,41
1.4.2-Multas, Juros, de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF. art 153, §4º, III)	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5.1-ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>				
2.1-Cota-Parte FPM	214.223.000,0	214.223.000,0	239.409.054,8	111,76
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	42.000.000,0	42.000.000,0	48.191.907,5	114,74
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	42.000.000,0	42.000.000,0	48.191.907,5	114,74
2.1.3-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea e	0,0	0,0	0,0	0,00
2.1.3-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea e	0,0	0,0	0,0	0,00
2.2-Cota-Parte ICMS	150.000.000,0	150.000.000,0	167.330.501,0	111,55
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	580.700,0	580.700,0	0,0	0,00
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	3.500.000,0	3.500.000,0	4.213.200,7	120,38
2.5-Cota-Parte ITR	142.300,0	142.300,0	116.327,5	81,75
2.6-Cota-Parte IPVA	18.000.000,0	18.000.000,0	19.557.118,1	108,65
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>3-TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>310.517.300,0</b>	<b>310.517.300,0</b>	<b>357.040.304,4</b>	<b>114,98</b>

**MUNICÍPIO DE RESENDE**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019**

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	511.200,0	511.200,0	201.003,7	39,32
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	12.029.500,0	12.029.500,0	8.566.770,9	71,21
5.1-Transferências do Salário-Educação	9.761.400,0	9.761.400,0	6.916.968,9	70,86
5.2-Transferências Diretas - PDDE	6.700,0	6.700,0	1.500,0	22,39
5.3-Transferências Diretas - PNAE	1.997.100,0	1.997.100,0	1.487.698,0	74,49
5.4-Transferências Diretas - PNATE	199.300,0	199.300,0	118.037,4	59,23
5.5-Transferências Diretas - FNDE	0,0	0,0	0,0	0,00
5.6-Aplicações Financeiras Recursos do FNDE	65.000,0	65.000,0	42.566,6	65,49
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.159.500,0	2.159.500,0	0,0	0,00
6.1- Transferências de Convênios	2.159.500,0	2.159.500,0	0,0	0,00
6.2-Aplicação Financeira de Recursos de Convênios	0,0	0,0	0,0	0,00
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,00
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,00
9-TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	14.700.200,0	14.700.200,0	8.767.774,6	59,64

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	42.844.600,0	42.844.600,0	47.113.378,0	109,96
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	8.400.000,0	8.400.000,0	8.869.948,8	105,59
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	30.000.000,0	30.000.000,0	33.466.100,2	111,55
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	116.140,0	116.140,0	0,0	0,00
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	700.000,0	700.000,0	842.639,9	120,38
10.5-Cota-Parte ITR ou ITR arrecadado (20% de 1.5 + 2.5)	28.460,0	28.460,0	23.265,4	81,75
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	3.600.000,0	3.600.000,0	3.911.423,7	108,65
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	42.989.700,0	42.989.700,0	54.987.695,4	127,91
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	42.844.600,0	42.844.600,0	50.647.699,8	118,21
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,0	0,0	4.211.015,8	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos FUNDEB	145.100,0	145.100,0	128.979,8	88,89
12-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	0,0	0,0	3.534.321,8	0,00

[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12 > 0)] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12 > 0)] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscr. em RP Não Processados (i)
			Até 6º Bim/2019 (g)	% (f=e/d)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (h)=(g/d)	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	0,0	0,0	43.261.792,4	0,00	43.261.791,7	0,00	0,7
13.1-Com Educação Infantil	0,0	0,0	9.159.653,6	0,00	9.159.653,6	0,00	0,0
13.2-Com Ensino Fundamental	0,0	0,0	34.102.138,8	0,00	34.102.138,1	0,00	0,7
14-OUTRAS DESPESAS	42.989.700,0	56.637.479,4	13.103.010,8	22,38	12.675.211,2	23,13	427.799,6
14.1-Com Educação Infantil	9.874.000,0	13.751.141,5	4.531.979,0	32,64	4.488.521,2	32,96	43.457,8
14.2-Com Ensino Fundamental	33.115.700,0	42.886.337,9	8.571.031,8	19,09	8.186.690,0	19,99	384.341,8
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	42.989.700,0	56.637.479,4	56.364.803,2	98,76	55.937.002,9	99,52	427.800,3

**DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO**

16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1-FUNDEB 60%	0,00
16.2-FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1-FUNDEB 60%	0,00
17.1-FUNDEB 40%	0,00
18-TOTAL DE DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16+17)	0,00

**INDICADORES DO FUNDEB**

19-TOTAL DE DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	56.364.803,20
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (13-(16.1+17.1))/(11)x100	78,68
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESAS COM MDE QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(XX)x100	23,83
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))	-2,50

**CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE**

20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019	0,00

**MUNICÍPIO DE RESENDE**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019**

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$1,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritos em RP Não Processados (i)	
			Até 6º Bim/2019 (e)	% (f)=(e/d)	Até 6º Bim/2019 (f)	% (f/d)x100		
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	15.064.072,9	20.455.946,7	20.359.368,1	99,53	19.926.469,6	97,41	432.898,5	
22.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	9.874.000,0	13.751.141,5	13.691.632,6	99,57	13.648.174,8	99,25	43.457,8	
22.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.190.072,9	6.704.805,2	6.667.735,5	99,45	6.278.294,8	93,64	389.440,7	
23-ENSINO FUNDAMENTAL	71.801.772,9	90.193.782,4	89.804.051,3	99,57	88.082.165,3	97,66	1.721.886,0	
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	33.115.700,0	42.886.337,9	42.673.170,6	99,50	42.288.828,1	98,61	384.342,5	
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	38.686.072,9	47.307.444,5	47.130.880,7	99,63	45.793.337,2	96,80	1.337.543,5	
24-ENSINO MÉDIO	600,0	63.500,0	63.449,8	99,92	63.449,8	99,92	0,0	
25-ENSINO SUPERIOR	60.000,0	92.462,0	91.682,2	99,16	74.241,9	80,29	17.440,3	
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	1.146.100,0	699.838,6	692.307,9	98,92	690.610,1	98,68	1.697,8	
27-OUTRAS	6.324.170,0	5.955.595,1	5.933.497,9	99,63	5.637.968,0	94,67	295.529,9	
28-TOTAL DESPESAS C/AÇÕES TÍPICAS DE MDE(23+24+25+26+27+28)	94.396.715,9	117.461.124,9	116.944.357,2	99,56	114.474.904,7	97,46	2.469.452,5	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR	
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							3.534.321,80	
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00	
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR							0,00	
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS, DO EXERCÍCIO ANTERIOR							0,00	
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO							0,00	
35-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45g)							1.766.170,10	
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITES CONSTITUCIONAIS (29+30+32+33+34+35)							5.300.491,90	
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23)-36							104.862.927,50	
38-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO [(38)/(3)]x100%							29,37	

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscr em RP Não Processados
			Até 6º Bim/2019 (e)	% (f)=(e/d)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (h)=(g/d)	
39-DESPESAS CUSTEADAS C/APLIC. FIN. EM OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	9.761.400,0	9.761.400,0	7.112.790,6	72,87	6.415.780,9	65,73	697.009,7
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.938.800,0	5.004.315,9	3.231.369,5	64,57	2.608.268,7	52,12	623.100,8
43-TOTAL OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS C/RECEITAS ADIC. P/FINANC.DO ENSINO (40+41+42+43)	14.700.200,0	14.765.715,9	10.344.160,1	70,06	9.024.049,6	61,11	1.320.110,5
44-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	109.096.915,9	132.226.840,8	127.288.517,3	96,27	123.498.954,3	93,40	3.789.563,0

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	Cancelado em 2019 (g)
45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	-1.878.952,60	1.766.170,10
45.1- EXECUTADOS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-1.714.802,40	1.714.802,40
45.2-EXECUTADOS COM RECURSOS DO FUNDEB	-164.150,20	51.367,70
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE <EXERCÍCIO ANTERIOR>	2.447.369,70	1.982.902,90
47-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	54.858.715,60	6.916.968,90
48-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	56.040.747,80	7.372.303,10
48.1-ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO	55.927.965,30	6.412.074,60
48.2-RESTOS A PAGAR	112.782,50	960.228,50
49-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	128.979,80	41.664,00
50-(-) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.394.317,30	1.569.232,70
51-(+) Ajustes	0,00	0,00
51.1 Retenções	0,00	0,00
51.2 Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (-) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.394.317,30	1.569.232,70

FONTE :  
<sup>1</sup> Caput do artigo 212 da CF/1988  
<sup>2</sup> Os valores referentes à parcela dos restos a pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.  
<sup>3</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

**AJUSTE DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

<b>VINCULADAS ÀS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS</b>	60.264.886,00
Despesas com Ensino Fundamental ( 24.2 )	47.130.880,70
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas ( 23.2 )	6.667.735,50
<b>PARCELA DAS TRANSFERÊNCIAS DESTINADA À FORMAÇÃO DO FUNDEB ( 10 )</b>	47.113.378,00
<b>INATIVOS PAGOS COM RECURSOS DO TESOURO ( 40 )</b>	0,00
Despesas com Ensino Fundamental	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
<b>TOTAL DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - ( 24.2 + 23.2 + 10 + 40 )</b>	100.911.994,20
<b>AJUSTE DA TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS</b>	
Mínimo de <25%> das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino - Caput do artigo 212 da CF/88	28,26
Mínimo de <60%> do FUNDEB na remuneração do magistério do Ensino Fundamental - caput § 5º do artigo 60 do ADCT	78,68

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: DIOGO GONÇALVES BALIEIRO DINIZ  
 RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: VANIA LUCIA VASQUES MONTEIRO

MUNICÍPIO DE RESENDE - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Quadrimestre / 2019

RGF - ANEXO 1

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Últ.12Meses	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.554.545,38	22.779.287,21	22.720.109,08	23.410.912,84	24.625.297,13	25.100.810,76	24.997.258,25	24.423.130,42	24.232.816,65	24.394.352,96	24.408.003,77	40.340.657,50	310.987.181,95	41.450,52
Pessoal Ativo	27.222.913,85	20.292.144,55	20.144.372,68	20.875.496,32	21.999.170,75	22.425.674,09	22.327.291,40	21.896.112,75	21.642.016,09	21.796.261,50	21.753.900,00	36.320.239,64	278.695.593,62	41.450,52
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	26.912.990,60	18.024.394,62	17.998.298,33	18.447.831,29	19.419.648,46	19.712.553,22	19.564.489,31	19.116.527,41	19.020.433,76	19.164.757,60	19.123.113,89	30.680.225,01	247.185.263,50	40.742,32
Obrigações Patronais	299.798,98	2.257.618,49	2.135.808,55	2.418.017,93	2.572.913,37	2.706.000,30	2.755.868,64	2.772.423,39	2.614.252,04	2.623.929,76	2.630.581,32	5.640.014,63	31.427.227,40	708,20
Benefícios Previdenciários	10.124,27	10.131,44	10.265,80	9.647,10	6.608,92	7.120,57	6.933,45	7.161,95	7.330,29	7.574,14	204,79	0,00	83.102,72	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	2.331.631,53	2.487.142,66	2.575.736,40	2.535.416,52	2.626.126,38	2.675.136,67	2.669.966,85	2.527.017,67	2.590.800,56	2.598.091,46	2.654.103,77	4.020.417,86	32.291.588,33	0,00
Aposentadorias, Reservas e Reformas	2.043.103,34	2.221.100,37	2.271.491,34	2.282.173,89	2.363.954,17	2.391.400,44	2.395.143,31	2.281.591,72	2.327.627,75	2.342.867,60	2.377.730,68	3.618.856,72	28.917.041,33	0,00
Pensões	288.528,19	266.042,29	304.245,06	253.242,63	262.172,21	283.736,23	274.823,54	245.425,95	263.172,81	255.223,86	276.373,09	401.561,14	3.374.547,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terc. (art.18, §1º LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.826.421,94	3.037.305,02	3.006.607,44	2.832.764,43	3.112.275,84	3.028.565,21	2.994.045,88	3.261.013,95	3.327.849,63	3.401.548,36	3.239.683,73	4.412.995,87	38.481.077,30	36.350,80
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	499.137,14	554.501,92	435.076,24	302.171,81	494.011,54	360.778,97	331.616,58	741.305,33	744.189,78	810.353,76	599.846,17	421.686,35	6.294.675,59	36.350,80
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.327.284,80	2.482.803,10	2.571.531,20	2.530.592,62	2.618.264,30	2.667.786,24	2.662.429,30	2.519.708,62	2.583.659,85	2.591.194,60	2.639.837,56	3.991.309,52	32.186.401,71	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	26.728.123,44	19.741.982,19	19.713.501,64	20.578.148,41	21.513.021,29	22.072.245,55	22.003.212,37	21.162.116,47	20.904.967,02	20.992.804,60	21.168.320,04	35.927.661,63	272.506.104,65	5.099,72
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>									<b>VALOR</b>			<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>									556.885.667,92					
<b>(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)</b>									0,00					
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>									556.885.667,92					
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)</b>									272.511.204,37			<b>48,93%</b>		
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>									300.718.260,68			<b>54,00%</b>		
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>									285.682.347,64			<b>51,30%</b>		
<b>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>									270.646.434,61			<b>48,60%</b>		
Fonte : BALANCETE MENSAL / CONTABILIDADE SMF														

**MUNICÍPIO DE RESENDE**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019**

ADCT, art 77 - Anexo 12

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
<b>RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA (I)</b>	96.294.300,0	96.294.300,0	117.631.249,6	122,16
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	21.000.000,0	21.000.000,0	22.161.137,3	105,53
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	5.500.000,0	5.500.000,0	5.654.756,9	102,81
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	45.000.000,0	45.000.000,0	60.740.521,3	134,98
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	17.634.800,0	17.634.800,0	21.234.284,0	120,41
Imposto Territorial Rural - ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	330.800,0	330.800,0	361.251,9	109,21
Dívida Ativa dos Impostos	4.617.000,0	4.617.000,0	5.011.393,8	108,54
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.211.700,0	2.211.700,0	2.467.904,4	111,58
<b>RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)</b>	214.223.000,0	214.223.000,0	239.409.054,8	111,76
Cota-Parte FPM	42.000.000,0	42.000.000,0	48.191.907,5	114,74
Cota-Parte ITR	142.300,0	142.300,0	116.327,5	81,75
Cota-Parte IPVA	18.000.000,0	18.000.000,0	19.557.118,1	108,65
Cota-Parte ICMS	150.000.000,0	150.000.000,0	167.330.501,0	111,55
Cota-Parte IPI-Exportação	3.500.000,0	3.500.000,0	4.213.200,7	120,38
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências CONSTITUCIONAIS	0,0	0,0	0,0	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	580.700,0	580.700,0	0,0	0,00
Outras	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>310.517.300,0</b>	<b>310.517.300,0</b>	<b>357.040.304,4</b>	<b>114,98</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (d)	% (d/c)
<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS</b>	53.817.800,0	53.817.800,0	67.617.223,8	125,64
Provenientes da União	50.437.300,0	50.437.300,0	49.444.601,5	98,03
Provenientes dos Estados	2.699.500,0	2.699.500,0	17.735.334,7	656,99
Provenientes de Outros Municípios	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Receitas do SUS	681.000,0	681.000,0	437.287,6	64,21
<b>TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS</b>	250.000,0	250.000,0	0,0	0,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE</b>	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>54.067.800,0</b>	<b>54.067.800,0</b>	<b>67.617.223,8</b>	<b>125,06</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS (g)
			Até 6º Bim/2019 (f)	% (f/e)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (g/e)	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	124.716.103,7	196.575.806,6	194.569.043,2	98,98	185.557.145,7	98,98	9.011.897,5
Pessoal e Encargos Sociais	62.910.785,0	118.661.024,3	118.615.781,2	99,96	118.603.252,5	99,96	12.528,7
Juros e Encargos da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outras Despesas Correntes	61.805.318,7	77.914.782,3	75.953.262,0	97,48	66.953.893,2	97,48	8.999.368,8
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	7.725.060,5	10.400.441,6	7.597.797,2	73,05	3.917.212,8	73,05	3.680.584,4
Investimentos	7.725.060,5	10.400.441,6	7.597.797,2	73,05	3.917.212,8	73,05	3.680.584,4
Inversões Financeiras	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Amortização da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE</b>	<b>132.441.164,2</b>	<b>206.976.248,2</b>	<b>202.166.840,4</b>	<b>97,68</b>	<b>189.474.358,5</b>	<b>97,68</b>	<b>12.692.481,9</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
			Até 6º Bim/2019 (h)	% (h/IVf)	Até 6º Bim/2019 (i)	% (i/IVg)	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	54.067.800,0	77.063.720,9	72.646.788,3	35,93	63.849.216,8	35,93	8.797.571,5
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	54.067.800,0	77.063.720,9	72.646.788,3	35,93	63.849.216,8	35,93	8.797.571,5
Recursos de Operações de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outros Recursos	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS C/REC.VINCULADOS À PARCELA DO % MÍNIMO NÃO APLICADAS EM AÇÕES E SERV. SAÚDE EM EXER. ANTERIORES³	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>54.067.800,0</b>	<b>77.063.720,9</b>	<b>72.646.788,3</b>	<b>35,93</b>	<b>63.849.216,8</b>	<b>35,93</b>	<b>8.797.571,5</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>78.373.364,2</b>	<b>129.912.527,3</b>	<b>129.520.052,1</b>	<b>64,07</b>	<b>125.625.141,7</b>	<b>64,07</b>	<b>3.894.910,4</b>

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: DIOGO GONÇALVES BALIEIRO DINIZ  
RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: VANÍÁ LUCIA VASQUES MONTEIRO

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VIh + VII - 15)/100xIIIb]

75.964.006,4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	12.408.167,3	1.117.223,4	11.172.643,70	118.300,20	0,00
Inscritos em 2017	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>12.408.167,3</b>	<b>1.117.223,4</b>	<b>11.172.643,70</b>	<b>118.300,20</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E §2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,0	0,0	0,00
Restos a pagar Cancelados ou Prescritos anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00
<b>Total (VIII)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ART. 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00
<b>Total (IX)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até 6º Bim/2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	%
			(l)	(m)	(l+m / total (l+m))
Atenção Básica	23.963.248,8	41.384.575,8	37.629.382,4	2.928.024,1	20,06
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	83.085.997,8	130.289.655,3	119.571.217,0	7.490.087,2	62,85
Suporte Profilático e Terapêutico	2.383.800,0	4.073.415,5	3.066.467,2	806.477,4	1,92
Vigilância Sanitária	496.364,0	1.013.875,6	982.505,5	15.250,8	0,49
Vigilância Epidemiológica	4.764.383,7	7.913.910,2	6.656.916,6	839.571,8	3,71
Alimentação e Nutrição	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Subfunções	17.747.369,9	22.300.815,7	21.567.869,7	613.070,7	10,97
<b>TOTAL</b>	<b>132.441.164,2</b>	<b>206.976.248,1</b>	<b>189.474.358,4</b>	<b>12.692.482,0</b>	<b>100,00</b>

Fonte : BALANCETE MENSAL / CONTABILIDADE SMF

<sup>1</sup> Esta linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre será utilizada a fórmula: VI(h+i) - (15 x IIIb/100)

MUNICÍPIO DE VALENÇA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
<b>1-RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	17.359.098,2	17.359.098,2	20.326.107,8	117,09
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.128.351,0	6.128.351,0	8.749.361,9	142,77
1.1.1-Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.508.300,0	4.508.300,0	6.371.315,5	141,32
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	1.620.051,0	1.620.051,0	2.378.046,4	146,79
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.742.532,0	1.742.532,0	1.839.805,0	105,58
1.2.1-Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.713.987,0	1.713.987,0	1.838.564,7	107,27
1.2.2-Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	28.545,0	28.545,0	1.240,3	4,35
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.497.319,0	7.497.319,0	7.403.452,1	98,75
1.3.1-Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.800.000,0	6.800.000,0	6.424.168,4	94,47
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	697.319,0	697.319,0	979.283,7	140,44
1.4-Receita Resultante do Imposto sobre Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.990.896,2	1.990.896,2	2.333.488,8	117,21
1.4.1-Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.836.000,0	1.836.000,0	2.333.488,7	127,10
1.4.2-Multas, Juros, de Mora e Outros Encargos do IRRF	154.896,2	154.896,2	0,1	0,00
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF. art 153, §4º, III)	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5.1-ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	64.811.748,9	64.811.748,9	84.888.532,1	130,98
2.1-Cota-Parte FPM	31.815.855,8	31.815.855,8	34.805.266,5	109,40
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	31.815.855,8	31.815.855,8	34.805.266,5	109,40
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,0	0,0	0,0	0,00
2.1.3-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea e	0,0	0,0	0,0	0,00
2.2-Cota-Parte ICMS	29.646.380,1	29.646.380,1	44.261.719,5	149,30
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	117.993,0	117.993,0	0,0	0,00
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	1.063.000,0	1.063.000,0	1.065.510,9	100,24
2.5-Cota-Parte ITR	42.520,0	42.520,0	155.108,9	364,79
2.6-Cota-Parte IPVA	2.126.000,0	2.126.000,0	4.600.926,3	216,41
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>3-TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>82.170.847,1</b>	<b>82.170.847,1</b>	<b>105.214.639,9</b>	<b>128,04</b>

MUNICÍPIO DE VALENÇA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,00
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	8.919.583,0	8.919.583,0	5.711.972,0	64,04
5.1-Transferências do Salário-Educação	6.000.000,0	6.000.000,0	4.542.383,1	75,71
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,0	0,0	0,0	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	1.213.756,0	1.213.756,0	1.000.492,4	82,43
5.4-Transferências Diretas - PNATE	125.000,0	125.000,0	163.044,4	130,44
5.5-Transferências Diretas - FNDE	1.550.000,0	1.550.000,0	0,0	0,00
5.6-Aplicações Financeiras Recursos do FNDE	30.827,0	30.827,0	6.052,1	19,63
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,0	0,0	0,0	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,0	0,0	0,0	0,00
6.2-Aplicação Financeira de Recursos de Convênios	0,0	0,0	0,0	0,00
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,00
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,00
9-TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	8.919.583,0	8.919.583,0	5.711.972,0	64,04

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	13.260.393,5	13.260.393,5	16.422.727,0	123,85
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.350.000,0	4.350.000,0	6.406.074,1	147,27
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	7.950.000,0	7.950.000,0	8.852.343,9	111,35
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	25.000,0	25.000,0	0,0	0,00
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	160.000,0	160.000,0	213.102,2	133,19
10.5-Cota-Parte ITR ou ITR arrecadado (20% de 1.5 + 2.5)	15.393,5	15.393,5	31.021,6	201,52
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	760.000,0	760.000,0	920.185,2	121,08
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	34.500.000,0	34.500.000,0	36.160.773,4	104,81
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	34.424.527,0	34.424.527,0	36.145.215,1	105,00
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos FUNDEB	75.473,0	75.473,0	15.558,3	20,61
12-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	21.164.133,5	21.164.133,5	19.722.488,1	93,19

[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12 > 0)] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12 > 0)] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscr. em RP Não Processados (i)
			Até 6º Bim/2019 (e)=(g/c)	% (f=e/d)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (h)=(g/d)	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	0,0	0,0	24.148.782,0	0,00	24.148.782,0	0,00	0,0
13.1-Com Educação Infantil	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
13.2-Com Ensino Fundamental	0,0	0,0	24.148.782,0	0,00	24.148.782,0	0,00	0,0
14-OUTRAS DESPESAS	34.500.000,0	36.145.215,1	11.899.506,9	32,92	11.899.506,9	32,92	0,0
14.1-Com Educação Infantil	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
14.2-Com Ensino Fundamental	34.500.000,0	36.145.215,1	11.899.506,9	32,92	11.899.506,9	32,92	0,0
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	34.500.000,0	36.145.215,1	36.048.288,9	99,73	36.048.288,9	99,73	0,0

**DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO**

16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1-FUNDEB 60%	0,00
16.2-FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1-FUNDEB 60%	0,00
17.1-FUNDEB 40%	0,00
18-TOTAL DE DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16+17)	0,00

**INDICADORES DO FUNDEB**

19-TOTAL DE DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	36.048.288,90
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (13-(16.1+17.1))/(11)x100	66,78
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESAS COM MDE QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(XX)x100	32,91
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))	0,31

**CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE**

20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	3.506.142,10
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019	0,00

MUNICÍPIO DE VALENÇA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$1,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritos em RP Não Processados (i)	
			Até 6º Bim/2019 (e)	% (f)=(e/d)	Até 6º Bim/2019 (f)	% (f/f)x100		
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	1.881.001,0	525.001,0	502.065,4	95,63	341.576,6	65,06	160.488,8	
22.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
22.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.881.001,0	525.001,0	502.065,4	95,63	341.576,6	65,06	160.488,8	
23-ENSINO FUNDAMENTAL	41.030.666,0	51.640.088,9	51.391.691,0	99,52	50.280.223,1	97,37	1.111.467,9	
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	34.500.000,0	36.145.215,1	36.048.288,9	99,73	36.048.288,9	99,73	0,0	
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.530.666,0	15.494.873,8	15.343.402,1	99,02	14.231.934,2	91,85	1.111.467,9	
24-ENSINO MÉDIO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
25-ENSINO SUPERIOR	160.000,0	70.000,0	40.969,9	58,53	40.969,9	58,53	0,0	
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
27-OUTRAS	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
28-TOTAL DESPESAS C/AÇÕES TÍPICAS DE MDE(23+24+25+26+27+28)	43.071.667,0	52.235.089,9	51.934.726,3	99,42	50.662.769,6	96,99	1.271.956,7	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR	
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							19.722.488,10	
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00	
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR							0,00	
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS, DO EXERCÍCIO ANTERIOR							0,00	
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO							0,00	
35-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45g)							0,00	
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITES CONSTITUCIONAIS (29+30+32+33+34+35)							19.722.488,10	
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23)-36							32.171.268,30	
38-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO [(38)/(3)]x100%							30,58	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscr em RP Não Processados
			Até 6º Bim/2019 (e)	% (f)=(e/d)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (h)=(g/d)	
39-DESPESAS CUSTEADAS C/APLIC. FIN. EM OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	6.000.000,0	6.000.000,0	5.595.655,3	93,26	4.272.215,6	71,20	1.323.439,7
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.901.512,0	2.929.449,6	1.031.342,9	35,21	871.473,0	29,75	159.869,9
43-TOTAL OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS C/RECEITAS ADIC. P/FINANC.DO ENSINO (40+41+42+43)	8.901.512,0	8.929.449,6	6.626.998,2	74,22	5.143.688,6	57,60	1.483.309,6
44-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	51.973.179,0	61.164.539,5	58.561.724,5	95,74	55.806.458,2	91,24	2.755.266,3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	Cancelado em 2019 (g)
45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	5.469.253,30	0,00
45.1- EXECUTADOS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	5.416.253,30	0,00
45.2-EXECUTADOS COM RECURSOS DO FUNDEB	53.000,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE <EXERCÍCIO ANTERIOR>	3.833.629,40	1.008.375,90
47-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	36.145.215,10	4.542.383,10
48-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	28.011.095,40	4.755.451,10
48.1-ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO	28.011.095,40	4.752.734,30
48.2-RESTOS A PAGAR	0,00	2.716,80
49-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	15.558,30	2.200,40
50-(-) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	11.983.307,40	797.508,30
51-(+) Ajustes	-274.300,20	-401.919,70
51.1 Retenções	0,00	0,00
51.2 Conciliação Bancária	-274.300,20	-401.919,70
52- (-) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	11.709.007,20	395.588,60

FONTE :

<sup>1</sup> Caput do artigo 212 da CF/1988

<sup>2</sup> Os valores referentes à parcela dos restos a pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

<sup>3</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

**AJUSTE DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

<b>VINCULADAS ÀS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS</b>	15.886.437,40
Despesas com Ensino Fundamental ( 24.2 )	15.343.402,10
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas ( 23.2 )	502.065,40
<b>PARCELA DAS TRANSFERÊNCIAS DESTINADA À FORMAÇÃO DO FUNDEB ( 10 )</b>	16.422.727,00
<b>INATIVOS PAGOS COM RECURSOS DO TESOURO ( 40 )</b>	0,00
Despesas com Ensino Fundamental	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
<b>TOTAL DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - ( 24.2 + 23.2 + 10 + 40 )</b>	32.268.194,50
<b>AJUSTE DA TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS</b>	
Mínimo de <25%> das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino - Caput do artigo 212 da CF/88	30,67
Mínimo de <60%> do FUNDEB na remuneração do magistério do Ensino Fundamental - caput § 5º do artigo 60 do ADCT	66,78

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: LUIZ FERNANDO FURTADO DA GRAÇA  
RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: ROGERIO ESTEVES DA COSTA

MUNICÍPIO DE VALENÇA - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Quadrimestre / 2019

RGF - ANEXO 1

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS														
	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Últ.12Meses		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.438.940,39	7.409.269,72	8.168.885,42	6.931.790,52	9.320.924,60	8.324.390,10	6.481.910,51	8.812.219,76	8.104.133,30	6.298.963,36	9.188.259,49	13.730.876,54	108.210.563,71	1.962,75	
Pessoal Ativo	14.619.898,50	6.559.299,12	6.949.500,01	6.056.911,71	8.417.345,83	7.407.989,23	5.164.567,03	8.309.192,40	7.164.889,52	5.355.950,14	8.240.127,48	11.430.351,17	95.676.022,14	1.962,75	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.468.561,31	5.722.916,15	6.020.850,23	4.978.251,19	7.565.242,89	6.441.925,38	4.085.456,51	7.534.614,03	6.414.418,97	5.081.568,65	7.599.954,51	8.468.231,10	82.381.990,92	1.194,75	
Obrigações Patronais	2.054.348,20	748.809,84	816.643,43	973.337,17	747.562,38	870.199,08	984.000,30	774.728,37	652.918,27	177.268,46	544.456,10	2.461.000,51	11.805.272,11	768,00	
Benefícios Previdenciários	96.988,99	87.573,13	112.006,35	105.323,35	104.540,56	95.864,77	95.110,22	-150,00	97.552,28	97.113,03	95.716,87	501.119,56	1.488.759,11	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionista	819.041,89	849.970,60	1.219.385,41	874.878,81	903.578,77	916.400,87	1.317.343,48	503.027,36	939.243,78	943.013,22	948.132,01	2.300.525,37	12.534.541,57	0,00	
Aposentadorias, Reservas e Reformas	710.021,39	734.801,47	745.104,57	757.668,33	789.134,40	799.166,65	797.121,90	409.985,83	822.957,34	817.760,94	823.441,76	2.027.266,84	10.234.431,42	0,00	
Pensões	109.020,50	115.169,13	474.280,84	117.210,48	114.444,37	117.234,22	520.221,58	93.041,53	116.286,44	125.252,28	124.690,25	273.258,53	2.300.110,15	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terc. (art.18, §1º LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	1.900.027,39	937.543,73	1.331.391,76	980.202,16	1.014.653,96	1.015.296,74	1.071.798,77	502.877,36	1.036.796,06	1.040.126,25	1.047.184,28	2.801.644,93	14.679.543,39	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	2.147,71	361.581,29	4.192,09	1.530,20	0,00	63.280,21	8.818,55	0,00	2.786,08	0,00	0,00	444.336,13	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	983.996,51	0,00	0,00	0,00	6.534,63	3.031,10	0,00	0,00	0,00	0,00	3.335,40	0,00	996.897,64	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	916.030,88	935.396,02	969.810,47	976.010,07	1.006.589,13	1.012.265,64	1.008.518,56	494.058,81	1.036.796,06	1.037.340,17	1.043.848,88	2.801.644,93	13.238.309,62	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.538.913,00	6.471.725,99	6.837.493,66	5.951.588,36	8.306.270,64	7.309.093,36	5.410.111,74	8.309.342,40	7.067.337,24	5.258.837,11	8.141.075,21	10.929.231,61	93.531.020,32	1.962,75	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>									<b>VALOR</b>			<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>									215.281.154,84						
<b>(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)</b>									0,00						
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>									215.281.154,84						
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)</b>									93.532.983,07			<b>43,45%</b>			
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>									116.251.823,61			<b>54,00%</b>			
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>									110.439.232,43			<b>51,30%</b>			
<b>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>									104.626.641,25			<b>48,60%</b>			
Fonte : Coordenadoria de Contabilidade															

**MUNICÍPIO DE VALENÇA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019**

ADCT, art 77 - Anexo 12

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
<b>RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA (I)</b>	17.513.994,4	17.513.994,4	20.326.107,8	116,06
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.508.300,0	4.508.300,0	6.371.315,5	141,32
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.713.987,0	1.713.987,0	1.838.564,7	107,27
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.800.000,0	6.800.000,0	6.424.168,4	94,47
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.990.896,2	1.990.896,2	2.333.488,8	117,21
Imposto Territorial Rural - ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	787.797,0	787.797,0	90.927,4	11,54
Dívida Ativa dos Impostos	1.633.234,0	1.633.234,0	1.868.584,1	114,41
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	79.780,2	79.780,2	1.399.058,9	1.753,64
<b>RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)</b>	64.811.748,9	64.811.748,9	84.888.532,1	130,98
Cota-Parte FPM	31.815.855,8	31.815.855,8	34.805.266,5	109,40
Cota-Parte ITR	42.520,0	42.520,0	155.108,9	364,79
Cota-Parte IPVA	2.126.000,0	2.126.000,0	4.600.926,3	216,41
Cota-Parte ICMS	29.646.380,1	29.646.380,1	44.261.719,5	149,30
Cota-Parte IPI-Exportação	1.063.000,0	1.063.000,0	1.065.510,9	100,24
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências CONSTITUCIONAIS	117.993,0	117.993,0	0,0	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	117.993,0	117.993,0	0,0	0,00
Outras	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>82.325.743,3</b>	<b>82.325.743,3</b>	<b>105.214.639,9</b>	<b>127,80</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (d)	% (d/c)
<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS</b>	30.491.300,0	30.491.300,0	47.570.600,3	156,01
Provenientes da União	30.044.000,0	30.044.000,0	39.037.841,5	129,94
Provenientes dos Estados	3.100,0	3.100,0	8.341.904,0	39.093,68
Provenientes de Outros Municípios	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Receitas do SUS	444.200,0	444.200,0	190.854,8	42,97
<b>TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS</b>	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE</b>	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>30.491.300,0</b>	<b>30.491.300,0</b>	<b>47.570.600,3</b>	<b>156,01</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		(g)
			Até 6º Bim/2019 (f)	% (f/e)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (g/e)	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	53.782.800,0	75.266.448,7	72.928.118,3	96,89	67.337.533,3	96,89	5.590.585,0
Pessoal e Encargos Sociais	14.186.900,0	16.458.183,6	15.905.835,0	96,64	15.904.640,3	96,64	1.194,7
Juros e Encargos da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outras Despesas Correntes	39.595.900,0	58.808.265,1	57.022.283,3	96,96	51.432.893,0	96,96	5.589.390,3
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	175.654,0	2.472.324,0	1.231.185,0	49,80	1.043.374,5	49,80	187.810,5
Investimentos	175.654,0	2.472.324,0	1.231.185,0	49,80	1.043.374,5	49,80	187.810,5
Inversões Financeiras	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Amortização da Dívida	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE</b>	<b>53.958.454,0</b>	<b>77.738.772,7</b>	<b>74.159.303,3</b>	<b>95,40</b>	<b>68.380.907,8</b>	<b>95,40</b>	<b>5.778.395,5</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		(g)
			Até 6º Bim/2019 (h)	% (h/IVf)	Até 6º Bim/2019 (i)	% (i/IVg)	
<b>DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS</b>	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPEZA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS</b>	30.491.100,0	48.502.226,1	45.250.434,8	61,02	41.035.568,1	61,02	4.214.866,7
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	30.491.100,0	48.502.226,1	45.250.434,8	61,02	41.035.568,1	61,02	4.214.866,7
Recursos de Operações de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outros Recursos	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS</b>	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS C/REC.VINCULADOS À PARCELA DO % MÍNIMO NÃO APLICADAS EM AÇÕES E SERV. SAÚDE EM EXER. ANTERIORES³	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>30.491.100,0</b>	<b>48.502.226,1</b>	<b>45.250.434,8</b>	<b>61,02</b>	<b>41.035.568,1</b>	<b>61,02</b>	<b>4.214.866,7</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>23.467.354,0</b>	<b>29.236.546,6</b>	<b>28.908.868,5</b>	<b>38,98</b>	<b>27.345.339,7</b>	<b>38,98</b>	<b>1.563.528,8</b>

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: LUIZ FERNANDO FURTADO DA GRAÇA  
RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: ROGERIO ESTEVES DA COSTA

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VIh + Vii - 15)/100xIIIb]

13.126.672,5

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	0,0	752.750,3	31.300,80	-784.051,10	0,00
Inscritos em 2017	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,0</b>	<b>752.750,3</b>	<b>31.300,80</b>	<b>-784.051,10</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E §2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	752.750,3	0,0	752.750,30
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,0	0,0	0,00
Restos a pagar Cancelados ou Prescritos anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00
<b>Total (VIII)</b>	<b>752.750,3</b>	<b>0,0</b>	<b>752.750,30</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ART. 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00
<b>Total (IX)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até 6º Bim/2019	PROCESSADOS Até 6º Bim/2019	% (l / total l)
			(l)	(m)	(l+m / total (l+m))
Atenção Básica	20.755.254,0	28.097.751,6	24.972.303,3	1.455.251,3	35,64
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.715.200,0	46.078.608,6	40.660.073,8	4.106.389,0	60,37
Suporte Profilático e Terapêutico	1.497.000,0	2.122.547,5	1.522.418,6	204.050,1	2,33
Vigilância Sanitária	991.000,0	1.439.865,0	1.226.112,1	12.905,0	1,67
Vigilância Epidemiológica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Alimentação e Nutrição	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Subfunções	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>53.958.454,0</b>	<b>77.738.772,7</b>	<b>68.380.907,8</b>	<b>5.778.595,4</b>	<b>100,00</b>

Fonte : Coordenadoria de Contabilidade

<sup>1</sup> Esta linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre será utilizada a fórmula: VI(h+i) - (15 x IIIb/100)

MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
<b>1-RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	198.470.000,0	198.470.000,0	220.148.194,2	110,92
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	90.150.000,0	90.150.000,0	90.074.318,0	99,92
1.1.1-Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	78.750.000,0	78.750.000,0	82.055.257,9	104,20
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	11.400.000,0	11.400.000,0	8.019.060,1	70,34
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	9.450.000,0	9.450.000,0	9.799.861,6	103,70
1.2.1-Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	9.450.000,0	9.450.000,0	9.799.861,6	103,70
1.2.2-Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,0	0,0	0,0	0,00
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	88.460.000,0	88.460.000,0	107.298.322,9	121,30
1.3.1-Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	86.060.000,0	86.060.000,0	107.298.322,9	124,68
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.400.000,0	2.400.000,0	0,0	0,00
1.4-Receita Resultante do Imposto sobre Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.410.000,0	10.410.000,0	12.975.691,7	124,65
1.4.1-Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.410.000,0	10.410.000,0	12.975.691,7	124,65
1.4.2-Multas, Juros, de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF. art 153, §4º, III)	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5.1-ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	316.429.000,0	316.429.000,0	310.991.885,2	98,28
2.1-Cota-Parte FPM	67.000.000,0	67.000.000,0	70.033.968,2	104,53
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	67.000.000,0	67.000.000,0	70.033.968,2	104,53
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,0	0,0	0,0	0,00
2.1.3-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea e	0,0	0,0	0,0	0,00
2.2-Cota-Parte ICMS	202.500.000,0	202.500.000,0	204.910.442,2	101,19
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	625.000,0	625.000,0	0,0	0,00
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	0,0	0,0	5.043.809,8	0,00
2.5-Cota-Parte ITR	4.000,0	4.000,0	322.977,1	8.074,43
2.6-Cota-Parte IPVA	46.300.000,0	46.300.000,0	30.680.687,9	66,26
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>3-TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>514.899.000,0</b>	<b>514.899.000,0</b>	<b>531.140.079,4</b>	<b>103,15</b>

**MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019**

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,0	0,0	1,8	0,00
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	28.549.700,0	28.549.700,0	22.117.370,9	77,47
5.1-Transferências do Salário-Educação	24.300.000,0	24.300.000,0	0,0	0,00
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,0	0,0	0,0	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	4.000.000,0	4.000.000,0	3.691.582,0	92,29
5.4-Transferências Diretas - PNATE	1.200,0	1.200,0	0,0	0,00
5.5-Transferências Diretas - FNDE	0,0	0,0	18.380.876,2	0,00
5.6-Aplicações Financeiras Recursos do FNDE	248.500,0	248.500,0	44.912,7	18,07
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,0	0,0	0,0	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,0	0,0	0,0	0,00
6.2-Aplicação Financeira de Recursos de Convênios	0,0	0,0	0,0	0,00
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,00
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.400.000,0	2.400.000,0	0,0	0,00
9-TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	30.949.700,0	30.949.700,0	22.117.372,7	71,46

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	63.265.800,0	63.265.800,0	61.081.662,8	96,55
10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	13.400.000,0	13.400.000,0	12.890.083,4	96,19
10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	40.480.000,0	40.480.000,0	40.982.088,5	101,24
10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	125.000,0	125.000,0	0,0	0,00
10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	1.100.000,0	1.100.000,0	1.008.758,8	91,71
10.5-Cota-Parte ITR ou ITR arrecadado (20% de 1.5 + 2.5)	800,0	800,0	64.594,5	0,74
10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	8.160.000,0	8.160.000,0	6.136.137,6	75,20
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	125.000.000,0	125.000.000,0	135.851.066,1	108,68
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	125.000.000,0	125.000.000,0	135.851.066,1	108,68
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,00
12-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	61.734.200,0	61.734.200,0	74.769.403,3	121,12

[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12 > 0)] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LIQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12 > 0)] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscr. em RP Não Processados (i)
			Até 6º Bim/2019 (e)=(g/c)	% (f=e/d)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (h)=(g/d)	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	94.657.000,0	94.657.000,0	102.252.718,5	108,02	102.252.718,5	108,02	0,0
13.1-Com Educação Infantil	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
13.2-Com Ensino Fundamental	94.657.000,0	94.657.000,0	102.252.718,5	108,02	102.252.718,5	108,02	0,0
14-OUTRAS DESPESAS	47.672.000,0	46.090.860,3	33.003.489,0	66,42	30.615.768,0	71,61	2.387.721,0
14.1-Com Educação Infantil	910.000,0	910.000,0	1.010.861,7	106,51	969.243,6	111,08	41.618,1
14.2-Com Ensino Fundamental	46.762.000,0	45.180.860,3	31.992.627,3	65,62	29.646.524,4	70,81	2.346.102,9
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	42.329.000,0	140.747.860,3	135.256.207,5	94,40	132.868.486,5	96,10	2.387.721,0

**DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO**

16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1-FUNDEB 60%	0,00
16.2-FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1-FUNDEB 60%	0,00
17.1-FUNDEB 40%	0,00
18-TOTAL DE DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16+17)	0,00

**INDICADORES DO FUNDEB**

19-TOTAL DE DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	135.256.207,50
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (13-(16.1+17.1))/(11)x100	75,27
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESAS COM MDE QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(XX)x100	24,29
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))	0,44

**CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE**

20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019	0,00

MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019

LEI 9.394/96, art 72 - Anexo 8

R\$1,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritos em RP Não Processados (i)	
			Até 6º Bim/2019 (e)	% (f)=(e/d)	Até 6º Bim/2019 (f)	% ((f/d)x100)		
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	2.408.000,0	2.159.715,1	2.076.065,7	96,13	2.034.447,6	94,20	41.618,1	
22.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	910.000,0	910.000,0	1.010.861,7	111,08	969.243,6	106,51	41.618,1	
22.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.498.000,0	1.249.715,1	1.065.204,0	85,24	1.065.204,0	85,24	0,0	
23-ENSINO FUNDAMENTAL	140.082.500,0	120.317.889,8	112.268.348,3	93,31	107.385.355,7	89,25	4.882.992,6	
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	141.419.000,0	139.837.860,3	134.245.345,8	96,00	131.899.242,9	94,32	2.346.102,9	
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-1.336.500,0	-19.519.970,5	-21.976.997,5	112,59	-24.513.887,2	125,58	2.536.889,7	
24-ENSINO MÉDIO	0,0	56.900,0	1.247.356,1	192,19	1.243.500,1	185,41	3.856,0	
25-ENSINO SUPERIOR	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,0	0,0	41.601,3	0,00	36.671,1	0,00	4.930,2	
27-OUTRAS	2.013.000,0	1.905.100,0	12.612,8	0,66	12.612,8	0,66	0,0	
28-TOTAL DESPESAS C/AÇÕES TÍPICAS DE MDE(23+24+25+26+27+28)	144.503.500,0	124.439.604,9	115.645.984,2	92,93	110.712.587,3	88,97	4.933.396,9	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR	
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							74.769.403,30	
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00	
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR							0,00	
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS, DO EXERCÍCIO ANTERIOR							0,00	
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO							0,00	
35-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45g)							0,00	
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITES CONSTITUCIONAIS (29+30+32+33+34+35)							74.769.403,30	
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23)-36							39.575.010,70	
38-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO [(38)/(3)]x100%							7,45	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscr em RP Não Processados
			Até 6º Bim/2019 (e)	% (f)=(e/d)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (h)=(g/d)	
39-DESPESAS CUSTEADAS C/APLIC. FIN. EM OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	25.682.000,0	21.626.425,1	21.131.892,4	97,71	19.397.525,9	89,69	1.734.366,5
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	7.841.000,0	6.246.620,0	6.296.027,2	100,79	3.956.607,0	63,34	2.339.420,2
43-TOTAL OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS C/RECEITAS ADIC. P/FINANC.DO ENSINO (40+41+42+43)	33.523.000,0	27.873.045,1	27.427.919,6	98,40	23.354.132,9	83,79	4.073.786,7
44-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	178.026.500,0	152.312.650,0	143.073.903,8	93,93	134.066.720,2	88,02	9.007.183,6

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		Cancelado em 2019 (g)	
45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00		0,00	0,00
45.1- EXECUTADOS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00		0,00	0,00
45.2-EXECUTADOS COM RECURSOS DO FUNDEB	0,00		0,00	0,00
<b>CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>				
	<b>FUNDEB</b>		<b>SALÁRIO EDUCAÇÃO</b>	
46-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE <EXERCÍCIO ANTERIOR>	0,00		0,00	
47-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	135.851.066,10		0,00	
48-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00		0,00	
48.1-ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO	0,00		0,00	
48.2-RESTOS A PAGAR	0,00		0,00	
49-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00		32.301,00	
50-(-) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	135.851.066,10		32.301,00	
51-(+) Ajustes	0,00		0,00	
51.1 Retenções	0,00		0,00	
51.2 Conciliação Bancária	0,00		0,00	
52- (-) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	135.851.066,10		32.301,00	

FONTE :

<sup>1</sup> Caput do artigo 212 da CF/1988

<sup>2</sup> Os valores referentes à parcela dos restos a pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

<sup>3</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

**AJUSTE DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

<b>VINCULADAS ÀS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS</b>	-19.619.009,50
Despesas com Ensino Fundamental ( 24.2 )	-21.976.997,50
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas ( 23.2 )	1.065.204,00
<b>PARCELA DAS TRANSFERÊNCIAS DESTINADA À FORMAÇÃO DO FUNDEB ( 10 )</b>	61.081.662,80
<b>INATIVOS PAGOS COM RECURSOS DO TESOURO ( 40 )</b>	53.528.037,60
Despesas com Ensino Fundamental	53.528.037,60
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
<b>TOTAL DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - ( 24.2 + 23.2 + 10 + 40 )</b>	93.697.906,90
<b>AJUSTE DA TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS</b>	
Mínimo de <25%> das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino - Caput do artigo 212 da CF/88	17,64
Mínimo de <60%> do FUNDEB na remuneração do magistério do Ensino Fundamental - caput § 5º do artigo 60 do ADCT	75,27

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: ELDERSON FERREIRA DA SILVA  
RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: CARLOS DE SOUZA ROSA

**MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA - PODER EXECUTIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - PERÍODO DE REFERÊNCIA : 3º Quadrimestre / 2019**

RGF - ANEXO 1

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS
	LIQUIDADAS													
	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Últ.12Meses	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	27.029.566,84	51.746.230,37	34.447.004,09	35.362.604,60	42.972.154,17	27.621.203,42	39.696.837,96	44.441.952,86	40.106.505,50	36.122.702,75	33.492.414,11	75.269.212,17	488.308.388,84	3.615.311,76
Pessoal Ativo	17.550.677,13	31.082.132,23	19.435.814,45	26.363.092,68	21.636.406,61	18.577.612,13	24.758.873,30	29.275.050,12	24.869.364,12	20.810.849,90	17.964.182,06	50.963.297,20	303.287.351,93	3.587.878,05
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	16.352.572,80	26.897.829,44	16.133.453,67	22.547.502,54	18.567.871,30	16.149.328,17	20.582.486,48	26.752.627,23	19.630.323,64	17.884.601,28	16.055.737,92	47.136.777,37	264.691.111,84	1.507.445,19
Obrigações Patronais	1.161.419,18	4.128.105,31	3.287.131,56	3.785.327,35	3.048.481,12	2.409.547,43	4.148.121,09	2.481.088,43	5.208.793,39	2.897.908,34	1.884.577,94	3.770.668,89	38.211.170,03	1.953.604,32
Benefícios Previdenciários	36.685,15	56.197,48	15.229,22	30.262,79	20.054,19	18.736,53	28.265,73	41.334,46	30.247,09	28.340,28	23.866,20	55.850,94	385.070,06	126.828,54
Pessoal Inativo e Pensionista	8.777.471,03	9.141.831,95	8.964.261,54	8.977.311,92	9.502.362,42	8.953.365,69	8.932.184,60	8.905.252,74	8.929.400,12	8.998.822,96	9.016.615,73	17.752.407,86	116.851.288,56	0,00
Aposentadorias, Reservas e Reformas	7.480.720,59	7.807.707,45	7.660.176,52	7.691.405,69	8.132.812,07	7.649.400,23	7.612.323,46	7.601.041,78	7.613.228,38	7.685.125,95	7.661.118,61	15.048.876,10	99.643.936,83	0,00
Pensões	1.296.750,44	1.334.124,50	1.304.085,02	1.285.906,23	1.369.550,35	1.303.965,46	1.319.861,14	1.304.210,96	1.316.171,74	1.313.697,01	1.355.497,12	2.703.531,76	17.207.351,73	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terc. (art.18, §1º LRF)	701.418,68	11.522.266,19	6.046.928,10	22.200,00	11.833.385,14	90.225,60	6.005.780,06	6.261.650,00	6.307.741,26	6.313.029,89	6.511.616,32	6.553.507,11	68.169.748,35	27.433,71
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	236.815,22	1.358.810,67	15.259,33	516.368,40	25.305,78	2.822.348,94	619.298,54	1.337.576,63	1.050.521,11	4.982.860,86	4.914.545,60	9.815.093,33	27.694.804,41	95.717,71
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	236.815,22	530.617,68	15.259,33	99.744,37	25.305,78	22.348,94	53.118,01	98.554,64	35.787,73	139.928,78	31.127,55	183.418,21	1.472.026,24	95.717,71
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	440.340,11	0,00	416.624,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	856.964,14	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	387.852,88	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00	566.180,53	1.239.021,99	1.014.733,38	4.842.932,08	4.883.418,05	9.631.675,12	25.365.814,03	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	26.792.751,62	50.387.419,70	34.431.744,76	34.846.236,20	42.946.848,39	24.798.854,48	39.077.539,42	43.104.376,23	39.055.984,39	31.139.841,89	28.577.868,51	65.454.118,84	460.613.584,43	3.519.594,05
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>									<b>VALOR</b>			<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>									945.887.589,04					
<b>(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)</b>									0,00					
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>									945.887.589,04					
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)</b>									464.133.178,48			<b>49,07%</b>		
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>									510.779.298,08			<b>54,00%</b>		
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>									485.240.333,18			<b>51,30%</b>		
<b>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>									459.701.368,27			<b>48,60%</b>		

Fonte : Secretaria Municipal de Fazenda

**MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2019**

ADCT, art 77 - Anexo 12

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (b)	% (b/a)
<b>RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA (I)</b>	198.470.000,0	198.470.000,0	220.148.194,2	110,92
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	78.750.000,0	78.750.000,0	82.055.257,9	104,20
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	9.450.000,0	9.450.000,0	9.799.861,6	103,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	86.060.000,0	86.060.000,0	107.298.322,9	124,68
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.410.000,0	10.410.000,0	12.975.691,7	124,65
Imposto Territorial Rural - ITR	0,0	0,0	0,0	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	4.800.000,0	4.800.000,0	0,0	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	9.000.000,0	9.000.000,0	6.604.428,6	73,38
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,0	0,0	1.414.631,5	0,00
<b>RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)</b>	316.429.000,0	316.429.000,0	310.991.885,2	98,28
Cota-Parte FPM	67.000.000,0	67.000.000,0	70.033.968,2	104,53
Cota-Parte ITR	4.000,0	4.000,0	322.977,1	8.074,43
Cota-Parte IPVA	46.300.000,0	46.300.000,0	30.680.687,9	66,26
Cota-Parte ICMS	202.500.000,0	202.500.000,0	204.910.442,2	101,19
Cota-Parte IPI-Exportação	0,0	0,0	5.043.809,8	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências CONSTITUCIONAIS	625.000,0	625.000,0	0,0	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	625.000,0	625.000,0	0,0	0,00
Outras	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>514.899.000,0</b>	<b>514.899.000,0</b>	<b>531.140.079,4</b>	<b>103,15</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bim/2019 (d)	% (d/c)
<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS</b>	110.542.000,0	124.998.567,7	137.904.744,0	110,33
Provenientes da União	101.600.000,0	104.906.485,0	107.643.350,4	102,61
Provenientes dos Estados	7.940.000,0	19.090.082,7	29.922.627,9	156,74
Provenientes de Outros Municípios	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Receitas do SUS	1.002.000,0	1.002.000,0	338.765,7	33,81
<b>TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS</b>	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE</b>	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	0,0	0,0	0,0	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>110.542.000,0</b>	<b>124.998.567,7</b>	<b>137.904.744,0</b>	<b>110,33</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		(g)
			Até 6º Bim/2019 (f)	% (f/e)	Até 6º Bim/2019 (g)	% (g/e)	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	211.704.896,1	266.674.589,3	261.419.551,2	98,03	247.444.960,7	98,03	13.974.590,5
Pessoal e Encargos Sociais	48.340.598,4	62.795.936,9	60.820.565,2	96,85	59.461.188,6	96,85	1.359.376,6
Juros e Encargos da Dívida	441.509,0	881.509,0	881.000,0	99,94	772.450,6	99,94	108.549,4
Outras Despesas Correntes	162.922.788,7	202.997.143,3	199.717.986,0	98,38	187.211.321,5	98,38	12.506.664,5
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	9.633.603,9	7.008.933,3	4.269.645,5	60,92	3.318.379,7	60,92	951.265,8
Investimentos	9.088.000,0	5.893.329,4	3.154.645,5	53,53	2.243.367,3	53,53	911.278,2
Inversões Financeiras	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Amortização da Dívida	545.603,9	1.115.603,9	1.115.000,0	99,95	1.075.012,4	99,95	39.987,6
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE</b>	<b>221.338.500,0</b>	<b>273.683.522,5</b>	<b>265.689.196,7</b>	<b>97,08</b>	<b>250.763.340,4</b>	<b>97,08</b>	<b>14.925.856,3</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		(g)
			Até 6º Bim/2019 (h)	% (h/IVf)	Até 6º Bim/2019 (i)	% (i/IVg)	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	80.339.000,0	77.825.678,5	73.958.538,4	27,84	66.981.241,8	27,84	6.977.296,6
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	80.339.000,0	76.825.678,5	73.640.600,6	27,72	66.663.304,0	27,72	6.977.296,6
Recursos de Operações de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Outros Recursos	0,0	1.000.000,0	317.937,8	0,12	317.937,8	0,12	0,0
<b>OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS</b>	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
DESPESAS CUSTEADAS C/REC.VINCULADOS À PARCELA DO % MÍNIMO NÃO APLICADAS EM AÇÕES E SERV. SAÚDE EM EXER. ANTERIORES³	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>80.339.000,0</b>	<b>77.825.678,5</b>	<b>73.958.538,4</b>	<b>27,84</b>	<b>66.981.241,8</b>	<b>27,84</b>	<b>6.977.296,6</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>140.999.500,0</b>	<b>195.857.844,0</b>	<b>191.730.658,3</b>	<b>72,16</b>	<b>183.782.098,6</b>	<b>72,16</b>	<b>7.948.559,7</b>

CHEFE DO PODER EXECUTIVO: ELDERSON FERREIRA DA SILVA  
 RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE: CARLOS DE SOUZA ROSA

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL  $[(VIh + VII - 15)/100 \times IIIb]$

112.059.646,4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2017	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E §2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,0	0,0	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,0	0,0	0,00
Restos a pagar Cancelados ou Prescritos anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00
<b>Total (VIII)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ART. 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,0	0,0	0,00
Diferença de limite não cumprido anteriores a 2014 (Somatório)	0,0	0,0	0,00
<b>Total (IX)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até 6º Bim/2019	PROCESSADOS Até 6º Bim/2019	% (l / total l)
			(l)	(m)	(l+m / total (l+m))
Atenção Básica	12.296.000,0	7.573.158,7	4.461.001,6	942.971,9	2,03
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	162.114.500,0	211.009.983,3	195.185.664,7	11.779.511,4	77,85
Suporte Profilático e Terapêutico	3.024.000,0	3.177.123,8	2.300.914,2	799.227,5	1,17
Vigilância Sanitária	125.000,0	70.987,5	32.040,8	29.890,1	0,02
Vigilância Epidemiológica	1.469.000,0	782.628,4	653.591,3	59.015,3	0,27
Alimentação e Nutrição	100.000,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Outras Subfunções	42.456.000,0	50.377.578,7	48.130.127,9	1.489.279,2	18,66
<b>TOTAL</b>	<b>221.584.500,0</b>	<b>272.991.460,4</b>	<b>250.763.340,5</b>	<b>15.099.895,4</b>	<b>100,00</b>

Fonte : Secretaria Municipal de Fazenda

<sup>1</sup> Esta linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre será utilizada a fórmula:  $VI(h+i) - (15 \times IIIb/100)$